



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 18ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/7/2011

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Rômulo Viegas; discurso da Deputada Maria Tereza Lara; questão de ordem; leitura do requerimento; votação do requerimento; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação - Questão de ordem - Discussão e Votação de Indicações: Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Arsae-MG -; discursos dos Deputados Carlin Moura, Paulo Lamac, Almir Paraca, Adelmo Carneiro Leão, Pompílio Canavez e Elismar Prado - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.088/2011; discursos dos Deputados Rogério Correia e Paulo Lamac, da Deputada Maria Tereza Lara, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca e da Deputada Liza Prado; votação do projeto; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.759/2011; discurso do Deputado Rogério Correia; questões de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Rogério Correia; questão de ordem; discurso do Deputado Paulo Lamac; questões de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; questão de ordem; discursos dos Deputados Paulo Lamac e Almir Paraca; questões de ordem; chamada para a recomposição do número regimental; existência de quórum para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; questão de ordem; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; prorrogação da reunião; discursos dos Deputados Pompílio Canavez e Elismar Prado; apresentação da Emenda nº 3; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Meio Ambiente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



1ª Parte

Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Rômulo Viegas, solicitando tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 5.092/2010. Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Boa noite a todos, ao nosso Presidente, à Mesa, a cada um, professor, professora, profissional da educação e da saúde que aqui está, meus colegas professores, porque eu também sou uma professora aposentada. Quero dizer, Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, que esse é realmente o papel desta Casa. Esta é a Casa da democracia, que deve abrigar todas as reivindicações, principalmente dos funcionários públicos. Por isso quero cumprimentá-los por estarem aqui. O papel desta Casa é justamente o de intermediar soluções e achar saídas. Quero deixar aqui registrado para todos que estão nos vendo, para os colegas professores, que sou a última do Bloco Minas sem Censura a falar. Nossos colegas já falaram nas reuniões anteriores e, pelo Regimento, eu sou a última que tem o direito de falar. Estou representando aqui o nosso Bloco Minas sem Censura neste momento. Queria dizer que o nosso bloco, que tem como Líder o Deputado Rogério Correia, é de oposição nesta Casa, composto pelos partidos PT, PMDB, PCdoB e PRB. O papel da Oposição é questionar, avançar, levar as reivindicações da sociedade organizada para o governo do Estado, reforçando e apoiando os movimentos sociais, os sindicatos e as associações.

Reforço que este é o espaço da democracia. Esta Casa tem sido aberta, Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, a essas reivindicações e à população, com todas as dificuldades e conflitos inerentes à democracia, que é isso mesmo. É muito mais difícil exercê-la que sermos autoritários, mas a defendemos rigorosamente, já que é o sistema de governo capaz de ouvir a população e os movimentos sociais. Vários Deputados e o Líder do Governo, junto com a Oposição, fizeram inúmeras discussões tentando uma negociação que ainda não foi possível. Vocês não podem desanimar, precisam estar organizados para conseguir uma negociação. Essa é a nossa defesa. É preciso haver negociação e diálogo com os movimentos sociais e sindicatos. Em nome do nosso Bloco, quero dizer que somos contrários à votação desse regime de urgência, por entender, Sr. Presidente e colegas Deputados, que a urgência, na prática, em Minas Gerais, é exatamente resolver o impasse dos profissionais da educação e da saúde, que estão em greve. Então, queremos publicamente fazer um apelo em nome do nosso Bloco. Creio e posso afirmar, até de uma maneira ousada, em nome desta Casa, que o Governador pode refletir e realmente abrir negociações com os profissionais da educação que estão organizados há tantos dias, em greve, assim como os da saúde, da Fhemig e da Copasa. Estamos em um momento extremamente delicado e difícil do Estado. O piso salarial é um direito garantido pela legislação, já mencionado pelo Supremo Tribunal Federal. Esta Casa está cheia hoje, aguardando que possamos avançar. Temos estado de plantão esse tempo todo. O nosso Bloco está obstruindo com o objetivo de chamar a atenção do governo do Estado para realmente abrir uma negociação. Não é bom para Minas Gerais, para nossas crianças e para a população a situação ficar assim. Como já disse, sou professora e sei das nossas dificuldades históricas em termos salariais e de outros direitos, como a formação continuada e outras reivindicações do Sind-UTE, Sind-Saúde e outros sindicatos dos trabalhadores e funcionários públicos. Lembro-me, na legislatura passada, do movimento dos Delegados de Polícia. Isso é até interessante. Há alguns anos, estavam aqui os profissionais da segurança. O Deputado Sargento Rodrigues está aqui e defende tais profissionais. Nós, da Comissão de Segurança Pública, temos acompanhado a questão deles. Os Delegados estiveram aqui organizados, por isso conseguiram avanço nos seus direitos. Em relação a todas as categorias, em uma democracia forte, defendemos que a democracia representativa tem que ser fortalecida e temos que avançar para a democracia participativa e direta, que só acontece com os movimentos sociais fortes, organizados, construídos a partir de um sistema de diálogo permanente e de pressão social. A pressão social faz nossos direitos avançarem. Portanto, mais uma vez, quero cumprimentar a todos presentes, ao nosso Bloco Minas sem Censura e a esta Casa. Esperamos que o Parlamento mineiro possa dar essa grande contribuição ao povo, conseguindo abrir as negociações com o governo do Estado a fim de podermos solucionar esse impasse, que não é bom para ninguém, nem para os profissionais nem para as crianças nem para a população. Vocês têm razão de reivindicar o piso salarial, que já é um direito garantido por lei. Contem conosco. Vamos continuar nessa tarefa até que tudo se resolva. Um abraço.

Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, peço-lhe que faça a leitura do requerimento antes da votação.

O Sr. Presidente - (- Lê o requerimento publicado nesta edição.). Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Rogério Correia - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 42 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, ratificada a aprovação do requerimento do Deputado Rômulo Viegas. Cumpra-se.



Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, é apenas para comunicar rapidamente que nós, do Bloco Minas sem Censura, não votamos o requerimento por sermos contra, e a não votação foi exatamente para ver se o quórum de 39 Deputados não era alcançado. Infelizmente houve quórum e foi aprovado o regime de urgência. Queria declarar que não votamos claramente para tentar impedir o regime de urgência pelos motivos expostos pela Deputada Maria Tereza Lara. Muito obrigado.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Dr. Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsa-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, em nome do Bloco Minas Sem Censura, queremos esclarecer o Plenário, os professores e as professoras, que nos encontramos no regime de obstrução nesta Casa em solidariedade ao movimento dos professores do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, mais uma vez, não votaremos pela indicação do cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, primeiro, em solidariedade ao movimento e, segundo, porque queríamos esclarecer cada professor e professora que a agência reguladora de água e de esgoto teria como papel fiscalizar para que os consumidores não tivessem uma conta de água abusiva. Essa agência, recentemente criada, ainda não mostrou a que veio, porque continuamos pagando uma conta da Copasa muito alta para o padrão do povo mineiro. Sr. Presidente, queremos esclarecer também, pois vejo aqui diversos professores do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri e do Rio Doce, que foi criada no Estado uma empresa subsidiária da Copasa, a Copanor, que tinha como papel fundamental levar água e esgoto para as regiões mais carentes do nosso Estado. No entanto até hoje a Copanor, depois de mais de quatro anos de sua criação, ainda não garantiu água e esgoto principalmente para essas comunidades carentes. É papel da agência reguladora fiscalizar esse serviço essencial, básico, que é um direito humano fundamental. Junto à Comissão de Participação Popular, por quatro dias, visitamos as comunidades do Norte de Minas. Pasmem, senhores e senhoras: ainda há pequenas comunidades rurais onde as pessoas precisam separar o barro da água para tomar, cuidar da higiene pessoal ou da casa. Então queremos cobrar da agência reguladora o cumprimento do seu papel.

É importante esclarecer também os nossos professores e professoras que residem na Região Metropolitana de Belo Horizonte que diversas comunidades e vários bairros da referida região também não têm o fornecimento de água e esgoto. O argumento que usam é que essas comunidades são bairros não regularizados, como se o poder de propriedade fosse mais importante que o direito fundamental do acesso à água potável ou à rede de esgoto. É preciso que a agência reguladora garanta o direito à água e ao esgoto a essas comunidades e cobre isso do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, porque o referido Ministério Público assinou um termo de ajustamento de conduta proibindo a ligação de água e luz em bairros ditos não regularizados, como se isso prevalecesse sobre o direito humano fundamental do acesso à água e à luz. Um bairro, independentemente de estar regularizado ou não, se lá mora uma família, se lá reside um trabalhador, um pai de família, que cuida de seus filhos, ele tem direito, sim, a ter ligação de água, esgoto e luz elétrica. Se há alguma divergência, se há alguma disputa entre o proprietário e o posseiro daquele imóvel, o problema é da esfera civil. O Estado não pode intervir nesse processo a favor dos mais poderosos, porque o direito à água, o direito à luz, está acima do direito de propriedade. Queremos que a agência reguladora de água e de esgoto também cumpra esse papel social e não seja mais um cargo na estrutura fria do Estado para satisfazer os interesses daqueles mais poderosos. É importante termos uma agência reguladora que faça cumprir o seu papel fundamental. A agência serve para fiscalizar as empresas concessionárias de água e de esgoto no Estado. A agência tem de servir para dar resultados à população trabalhadora, à população que paga seus impostos em dia, à população que exige serviços de qualidade, serviços que atendam aos direitos humanos fundamentais. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, que o Bloco Minas Sem Censura fez um esforço hercúleo nesta semana. Foi feito um esforço tremendo desde segunda-feira pela manhã e à tarde, assim como na terça-feira e na quarta-feira. Hoje o dia inteiro, nós nos esforçamos, conclamando o governo de Minas Gerais para que sinalize para nossos professores que quer reabrir as negociações, que faça um gesto de boa vontade.

Sr. Presidente, estamos encaminhando no que diz respeito à votação do Diretor-Geral da agência reguladora de águas e esgotos. Em solidariedade ao movimento dos professores do Estado de Minas Gerais, o Bloco Minas Sem Censura vai-se abster da votação. Não votaremos favoravelmente à indicação do Sr. Diretor, muito mais pela forma que pelo mérito, em solidariedade aos professores da rede estadual de ensino, que aqui estiveram durante todo o dia, fazendo uma maravilhosa assembleia geral no espaço popular desta Casa. Vocês estão aqui acompanhando esse processo de votação e compreendendo que, em nome da obstrução, não votaremos a indicação do Sr. Diretor-Geral da agência reguladora de água e esgoto. Para nós é tão importante, tão emergente essa votação, como encontrarmos uma saída negociada, um diálogo que aponte os rumos para Minas Gerais. Minas Gerais precisa, não tem outra saída, cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal e pagar o piso salarial dos professores. Nesse sentido, em homenagem à luta dos professores, estamos encaminhando pela não votação do Diretor-Geral da agência de água e esgoto do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Paulo Lamac.

O Deputado Paulo Lamac* - Muito obrigado. Agradeço a V. Exa., regimentalista que é, democrata que é, por fazer cumprir o Regimento desta Casa. Com relação ao processo de votação da indicação do Sr. Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora, gostaria de encaminhar pela abstenção de todos os Deputados do Bloco Minas sem Censura, em solidariedade ao movimento dos docentes, dos servidores da educação de Minas Gerais, que estão em uma luta justa por melhores condições de trabalho, especialmente em defesa da educação do nosso Estado. Gostaria de fazer esse encaminhamento, levando em consideração, Sr. Presidente, que a abstenção dos Deputados do Bloco Minas sem Censura será em solidariedade à população de Minas Gerais, cuja boa parte se encontra neste momento sofrendo injustamente os efeitos da falta de uma saúde adequada, de uma educação adequada e de uma segurança pública adequada. Então, estamos encaminhando pela abstenção da votação da indicação do nome do Sr. Antônio



Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora, em solidariedade à população de Minas Gerais, que vêm sofrendo com as mazelas decorrentes do serviço insuficiente prestado pelo Estado nas áreas da saúde e da educação. Vergonhosamente, nosso Estado tem um dos os piores salários - se não for o pior - da educação no País. Não podemos, Sr. Presidente, considerando a importância, a relevância das discussões que estão acontecendo no momento, deixar de encaminhar, tendo em vista o Regimento da nossa Casa, aos Deputados do Bloco Minas sem Censura solicitação de abstenção dessa votação. Possivelmente isso ocorrerá em outras votações que se sucederão. Todavia, fazemos essa abstenção da votação da indicação do Sr. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora porque consideramos que a prioridade é a prestação de serviço básico à população de Minas Gerais, que nos acompanha neste momento pela TV Assembleia. Às vezes, ela não entende que nem todos têm a visão democrática e regimentalista de V. Exa. Isso, às vezes, incomoda e irrita alguns que têm menos prática e, talvez, menor apreço ao processo democrático e à discussão. Estamos aqui trazendo o que é realmente prioritário para a população de Minas Gerais. Entendemos que votar indicação para provimento de cargo de órgão público é importante, e temos de fazer essa discussão, já que é essa a atribuição da Assembleia. No entanto, encaminhamos pela abstenção da votação da indicação do nome do Sr. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora, porque consideramos ser preciso que esta Casa, e o governo principalmente, dê prioridade ao que é, de fato, prioritário.

A prioridade, indiscutivelmente, passa pelos milhares e milhares de estudantes sem professores na sala de aula, passa pelas milhares e milhares de pessoas com acesso insuficiente à saúde. Não temos condições de encaminhar às Deputadas e aos Deputados do Bloco Minas sem Censura algo que seja diferente da abstenção de votação. Não estou levando em consideração o mérito. Confesso que não tenho grandes conhecimentos sobre o Sr. Antônio Abraão Caram Filho. Vamos nos abster de falar sobre isso. São de responsabilidade do Governador as indicações apresentadas por ele a esta Casa, indicações de pessoas que tenham ou não problemas com a ficha. Essa é uma prerrogativa do Governador. Encaminhamos pela abstenção, Sr. Presidente, porque entendemos que a prioridade deve ser a educação, a saúde. O Bloco Minas sem Censura está firmando a sua posição. Hoje estendemos a mão ao Governador, procuramos o diálogo, estamos fazendo sucessivas, exaustivas discussões com as Lideranças do governo, com as Lideranças dos blocos, com a Mesa desta Casa, em busca de uma solução que beneficie realmente as prioridades do nosso Estado. Estamos encaminhando pela abstenção da votação da indicação do nome do Sr. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae -, Sr. Presidente, porque o nosso bloco compreende que devemos priorizar o que é prioritário em nosso Estado. É necessário respeitar a população que está acreditando na instituição Estado de Minas Gerais para depositar ali a perspectiva de formação de seus filhos e netos. Quando um pai matricula o seu filho em uma escola estadual, ele está confiando uma responsabilidade imensa ao órgão público, à escola pública. Não podemos deixar de fazer essa discussão, não podemos ser irresponsáveis para com aquelas pessoas que podem ter prejudicada a perspectiva de futuro de seus filhos, porque estamos priorizando a votação do nome do Sr. Antônio Abraão Caram Filho ou de qualquer outro para qualquer órgão público deste Estado.

Estamos reafirmando o encaminhamento para as Deputadas e os Deputados do Bloco Minas sem Censura pela abstenção da votação da indicação do nome do Sr. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais. Essa agência reguladora deve exercer o seu papel. Temos problemas de água, de esgoto. Muitas cidades não têm abastecimento adequado de água. Isso é foco de doenças. Ontem, estávamos discutindo sobre um problema de esgoto lançado "in natura" em um córrego de Belo Horizonte. Existem problemas de tratamento de esgoto em grande parte do nosso Estado. É necessário que a Arsae funcione adequadamente. Neste momento, o Bloco Minas sem Censura entende que a prioridade é encontrar solução para o problema da educação. Por isso encaminho pela abstenção da votação da indicação do nome do Sr. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Arsae. Estamos aqui, regimentalmente, fazendo esse encaminhamento de votação, considerando a necessidade de prestar à população de Minas Gerais serviços adequados. Para isso a população nos colocou aqui. Sr. Presidente, o Bloco Minas sem Censura entende que não podemos fazer qualquer outro tipo de encaminhamento de votação diferente desse, ou seja, pela abstenção da votação da indicação do nome do Sr. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Arsae. Temos consciência da importância da agência reguladora, da necessidade que o Estado tem de evoluir nessa área, mas precisa evoluir em muitas outras áreas. Não podemos tirar da ordem de prioridades a questão da educação. Sr. Presidente, já me encaminhando para a conclusão, gostaria de agradecer a V. Exa. pelo espírito democrático. V. Exa. é um democrata, um regimentalista que compreende a importância do momento que estamos vivendo, em que o Bloco Minas sem Censura deixa claro para os colegas e para toda a população de Minas Gerais, que nos acompanha pela TV Assembleia, que estamos nos abstendo em respeito à população, que está sofrendo com a falta da educação e com a dificuldade que o governo atualmente encontra em equacionar questões básicas dos servidores da educação, da saúde e da segurança pública. O Bloco Minas sem Censura não compactua com isso. Exigimos ações imediatas para viabilizar o final dos movimentos grevistas que estão penalizando a população de Minas, que depositou em nós sua confiança. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos saudar de maneira especial os educadores e servidores públicos presentes. Como esta é uma Casa democrática, gostaríamos de reafirmar também a postura da Presidência e da direção dos trabalhos de respeitar o espaço da minoria e garantir o contraditório. Isso é fundamental para a democracia. Conforme aconselhado pelo Presidente, vamos procurar manter o assunto em pauta, que é exatamente a indicação do nome do Sr. Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Arsae-MG. Como bem dito pelo Deputado Carlin Moura, a posição do Bloco Minas sem Censura e da Bancada do PT é de encaminhar pela abstenção, uma vez que o problema com o qual nos deparamos na condução dos trabalhos nesta Casa não é objetivamente ligado ao mérito da questão. Não estamos aqui com esse encaminhamento, tentando desmerecer ou desqualificar a pessoa do Sr. Antônio Abraão Caram Filho para ocupar esse importante cargo de Diretor de uma agência reguladora tão relevante no Estado. O problema não é de mérito, mas de forma. Como também já foi apontado pelos que me antecederam, a questão é de solidariedade à luta dos educadores do Estado de Minas Gerais, a essa manifestação legítima e cidadã. Nós, na Casa do



povo de Minas Gerais, que pretendemos acolher e fazer ressoar os grandes interesses dos mineiros, não podemos ficar alheios, não podemos desconsiderar algo tão significativo e importante. Portanto, nossa intervenção, como salientado, diz respeito à forma, não ao mérito. Feitas essas ponderações, Sr. Presidente, apesar da nossa ação de obstrução, somos minoria na Casa. Sabemos que, quando o governo do Estado mobiliza suas forças, aciona suas bases e seus Deputados, podemos, usando o Regimento, retardar a votação por um tempo, mas chegará o momento em que ela será realizada, e o Sr. Antônio Abrahão Caram Filho vai ser finalmente empossado, após a votação, como Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Água e Esgoto de Minas Gerais.

Portanto gostaríamos de desejar sucesso para o trabalho do Antônio Abrahão, porque ele é importantíssimo para toda a população do Estado de Minas Gerais. Sabemos que o serviço de água e esgoto são essenciais, fundamentais para garantir a saúde da população. Hoje o saneamento está regulado, por meio de diversos normativos, de várias leis, em nível federal e estadual. Temos certeza de que toda essa legislação, se bem seguida e bem aplicada, trará bons resultados. O Sr. Antônio Abrahão Caram Filho vai garantir a ampliação desses serviços para que estejam à altura da população do Estado de Minas Gerais. Nossa orientação, Sr. Presidente, para o atual e certamente referendado Presidente da Arsae-MG é que encaminhe os projetos das diversas comunidades do Estado de Minas Gerais que ainda não são dotadas desse serviço para o edital da Funasa. A consulta pública da Funasa está aberta e se encerra depois de amanhã. Há muito dinheiro no governo federal, particularmente na Funasa, no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC 2.

Em Minas Gerais, pelas informações que obtivemos hoje, estamos fazendo o monitoramento da adesão, do cadastramento dos Municípios e também dos projetos da Copasa. Uma vez que nem o governo do Estado nem a Copasa têm recursos suficientes para financiar essa dotação e levar até os Distritos, vilarejos e povoados o serviço de água e esgoto, que o busquem onde eles estão sendo oferecidos com abundância. Nesse instante eles estão no PAC 2, lançado pelo ex-Presidente Lula com maestria e agora conduzido e ampliado pela Presidente Dilma. A Funasa está com o edital aberto, com a carta-consulta aberta. A Copasa, certamente, vai credenciar-se para acessar esses recursos e fazer com que eles se transformem em melhoria da qualidade de vida, em ações de saneamento básico. Precisamos garantir o acesso à água de qualidade, à água tratada e também ao serviço de coleta e tratamento de esgoto. Lembramos, Sr. Presidente, que temos, no PAC 2, nos recursos da Funasa, um diferencial para desempate. Nós que somos do Noroeste de Minas, da Bacia do Rio Paracatu e da Bacia do Rio Urucuia, temos esse diferencial, como também o tem o pessoal do Norte de Minas. O diferencial que nos favorece em relação a esse acesso aos recursos da Funasa é exatamente estarmos localizados na Bacia do Rio São Francisco. O programa de revitalização da Bacia do Rio São Francisco é extremamente importante, não só por ser o primeiro grande programa de revitalização em curso no Brasil, mas também por se tratar de um programa voltado para a bacia do rio de integração nacional, o rio que tem 80% de suas águas em Minas.

Entendemos que esse critério de desempate não é só importante, mas eficiente e carrega consigo uma palavra bastante utilizada, quando se trata de políticas públicas, de integração de políticas públicas: transversalidade. É um critério transversal, que promove o diálogo entre as várias políticas públicas. Entendemos ser esse critério adequado, quando se trata de Minas Gerais, da Bacia do Rio São Francisco. Por fim, Sr. Presidente, gostaríamos que o Sr. Antônio Abrahão Caram Filho pudesse, ao exercer o cargo de Diretor da Arsae, atentar-se também para questões graves, como a que vou destacar neste instante, a possível contaminação do lençol freático, da água consumida pela população de Paracatu, pelo arsênio expelido pela mina de ouro, explorado pela Mineradora Kinross. É um perigo, um problema sério que a população daquela cidade enfrenta. Esperamos que ações dessa natureza também possam ser acompanhadas, observadas e solucionadas pela Arsae.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Mesa da Assembleia de Minas, telespectadores da TV Assembleia, quero iniciar a minha fala saudando os nossos professores e as nossas professoras do Estado. Quero tratar aqui seguindo o encaminhamento dos meus colegas que se manifestaram anteriormente. Embora seja importante a Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, ela não pode e não deve ser colocada como questão emergencial e mais importante que temas absolutamente atuais e urgentes. O que temos de fazer urgente hoje no Brasil, em Minas Gerais e nesta Assembleia? O que é mais necessário para o desenvolvimento do nosso Estado, para a promoção da dignidade humana, para garantir a inclusão social, para promover, enfim, os valores da dignidade e da cidadania? E nada é mais importante para as boas práticas da administração deste Estado que valorizar o que ele tem de mais importante: os seus servidores, os servidores da educação, da saúde, da segurança. Também quero dizer que reconheço que o Sr. Antônio Abrahão Caram Filho é uma pessoa competente, do bem. As práticas exercidas por todos os componentes do Estado têm de ser avaliadas pelo governo, que deve analisar se essas práticas deram os melhores resultados em favor do desenvolvimento do nosso Estado e das ações de cada um, em cada instituição. Quero lembrar que o Antônio Caram foi recentemente Presidente do Ipsemg, que está numa situação de calamidade, de enorme dificuldade e desafio. Vimos isso ontem. Certamente não é por culpa dele, Antônio Caram, mas por responsabilidade do governo, que ele representa naquela entidade. E deu no que deu no Ipsemg. Espero que a administração dele, sob a orientação do governo, na Arsae, não leve essa agência reguladora às condições a que foi conduzido o Ipsemg, ou seja, a uma situação de caos, de dificuldade, de inadimplência.

Essa é uma questão que temos de levar em consideração, não para condenar a pessoa, mas para chamar a atenção desse servidor público de que ele tem a responsabilidade de conduzir a bons termos as ações da Arsae; chamar a atenção para o fato de que a Copasa também é uma instituição de altíssima importância para o nosso Estado de Minas Gerais, de alta importância principalmente para coletar a água, tratá-la e ofertá-la adequadamente para a população que a consome. A Copasa tem também uma função importante na destinação do esgoto. Temos dezenas de Municípios em situação de dificuldade, onde a água e principalmente o esgoto não têm o tratamento adequado, com enorme sofrimento da população e repercussões graves para a saúde e o desenvolvimento regional.

Essa agência reguladora terá um papel decisivo do ponto de vista de fazer com que obras que estão começadas mas não terminadas possam ser concluídas; obras que foram concluídas e ficaram inadimplentes, insuficientes, que deixaram de funcionar, como vários Deputados aqui conhecemos, sejam recolocadas na lógica do funcionamento adequado; fazer com que tenhamos resultados necessários para termos um ambiente preservado, possamos oferecer sanidade, uma saúde adequada para a população e tenhamos condições de ter a preservação das nossas águas. Almir Paraca, a situação não é apenas de Paracatu, cujo lençol freático está

contaminado. A agência terá a responsabilidade de cuidar das nossas águas, e grande parte está represada. Essas águas represadas, estando continuamente contaminadas pelo lançamento do esgoto maltratado, vão resultar num enorme prejuízo para o desenvolvimento de Minas, inclusive para geração de energia. Estamos vendo que as águas contaminadas em função da modificação da acidez, de componentes orgânicos, de desenvolvimento de microorganismos, levarão a um enorme prejuízo, inclusive para as represas. E essa agência tem um papel importante.

Então a nossa expectativa, o nosso desejo é que o Sr. Antônio Caram possa tornar essa agência efetiva do ponto de vista de controle das águas e de um correto projeto de saneamento básico. Conhecemos estações de tratamento de esgoto concluídas, com as bombas colocadas, a atividade iniciada, mas que, depois de alguns dias ou alguns meses, pararam de funcionar. Conhecemos estações de tratamento prontas, acabadas, mas, em razão de ser a Copasa não um órgão de prestação de serviços de desenvolvimento social que possa atender às pessoas mais pobres e mais necessitadas, mas uma agência que tem que dar respostas inclusive ao capital, uma agência que tem interesse do capital dentro da Copasa, que tem de responder muito mais aos interesses capitalistas que aos interesses sociais, ela não faz as ligações porque elas não são vantajosas do ponto de vista econômico e do interesse dessas empresas. E o que acontece é que as pessoas que estão vivendo isso estão vivendo uma situação de prejuízo, de doença continuada, de prejuízo das nossas águas, do nosso meio ambiente, das nossas comunidades. Isso é absolutamente inaceitável. Espero que a atividade da Arsae atue, efetiva e bravamente, nesse momento, a fim de podermos avançar na melhoria da qualidade do ambiente, na melhoria da qualidade de vida da nossa população. Mas agora, neste momento da história de vida de Minas Gerais...

O Sr. Presidente - Por gentileza, gostaria que as senhoras e os senhores não utilizassem palavras de baixo calão. Sejam bem-vindos a esta Casa. Esta Casa é do povo. Solicito, penhoradamente, respeito ao Plenário, aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas. A Presidência manifesta sua tristeza em relação a essas manifestações inadequadas e observa que é uma minoria que se expressa de forma indevida. Solicito a gentileza e o respeito ao Deputado Adelmo Carneiro Leão. Os senhores são educadores e sabem que não é dessa forma que construiremos um bom Estado. Por gentileza. Dessa forma, essa manifestação perde credibilidade, lamentavelmente. O Deputado Adelmo Carneiro Leão não tem como utilizar a palavra.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Queria, para concluir, fazer aqui um apelo a todos os parlamentares. Queria concluir homenageando as professoras e os professores do Estado de Minas Gerais. Fui professor durante 22 anos, em sala de aula, e compreendo a angústia e o sofrimento dos professores de Minas Gerais em relação ao abandono a que estão submetidos neste momento da história. Por isso mesmo manifestamos nossa atitude solidária. Queria fazer aqui apenas uma reflexão. Imaginemos todos nós, sentados neste Parlamento - não estou dizendo de um bloco ou de outro, de um partido ou de outro -, diante da situação que vivem os professores - e compreendo a inquietude, o sofrimento e, às vezes, até a indignação manifesta das mais diferentes formas -, se votássemos toda a pauta, descêssemos daqui, fechássemos este Plenário e fôssemos para casa, deixando os professores, professoras e servidores públicos no relento, ao abandono, sem uma efetiva negociação. Se assim agíssemos, não seríamos dignos deste Parlamento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, educadoras e educadores do nosso Estado, boa noite. Nós, do Bloco Minas sem Censura, estamos aqui em solidariedade aos educadores, em um trabalho democrático de obstrução da pauta. Sr. Presidente, quero falar com o senhor e com todos os Deputados sobre a nomeação do Dr. Antônio Abraão Caram para Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do nosso Estado. Queria aproveitar que temos aqui educadores e educadoras, que têm o trabalho cotidiano de educar a nossa juventude e as nossas crianças, lutadores da educação e da democracia que estão ocupando democraticamente as galerias da Casa do povo que é a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, para falar um pouco sobre o saneamento. Não tenho objeção alguma em relação ao nome do Dr. Caram para Diretor da agência de saneamento. Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, gostaria de falar sobre a criação da agência de saneamento que tem por finalidade regular e regulamentar o serviço de água e de esgoto do nosso Estado, mas que precisa também se preocupar com a questão do lixo. O resíduo sólido no nosso Estado não está dentro das atribuições da Arsae. Aliás, a agência de saneamento de Minas Gerais deve criar critérios e regulamentos para o saneamento no nosso Estado e precisa cuidar também do lixo e do resíduo sólido. A água é tão fantástica que, quando a tratamos, volta a ser pura e pode ser devolvida à natureza. No entanto, isso não acontece com o lixo que é enterrado todos os dias no nosso Estado. Na Grande BH, os lixões a céu aberto que têm danificado e contaminado os nossos lençóis freáticos são uma preocupação muito grande.

Sr. Presidente, aproveito a presença das nossas educadoras e dos nossos educadores para debatermos esse assunto. Nós, que estamos aqui até esta hora para votarmos a nossa pauta, as leis e as indicações de que necessita o nosso Estado, precisamos compreender que a educação em Minas Gerais deve ser pensada e repensada a partir também dos educadores. É preciso reconhecer o trabalho, a dedicação e o profissionalismo dos nossos educadores que trabalham pela educação do nosso Estado, se dedicam às nossas crianças e às nossas escolas e substituem muitas vezes o papel do Estado e dos Municípios. Aqui temos trabalhadores que trabalham no Estado, assim como nos Municípios. É preciso que a mesma luta aqui seja travada nos Municípios para que o piso seja reconhecido e considerado como uma conquista da categoria e dos educadores. Essa é realmente... O Supremo já definiu, e agora é lei e tem de ser cumprida. Senhoras e senhores educadores, queria dizer-lhes que os parlamentares desta Casa - aliás, tenho certeza de que posso me referir a todos - têm uma genuína preocupação com a situação da educação em Minas Gerais. Volto a fazer um apelo em nome do nosso bloco, do Bloco Minas sem Censura. Assim como todos desta Casa, fazemos um apelo ao governo do Estado para que retome as negociações com a categoria e os educadores do nosso Estado. Para nós, isso é fundamental e importante. Estamos aqui todos os dias e, se for necessário, estaremos, no final de semana e na semana que vem, até que consigamos convencer o governo do Estado a negociar com os nossos educadores. Sr. Presidente, finalizo o meu pronunciamento, agradecendo-lhe pela dica. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado* - Novamente, reitero os parabéns a todos os professores e trabalhadores da educação, que estão resistindo bravamente nesta noite. Sr. Presidente, queria dizer que encaminho pela abstenção à indicação do Sr. Caram Filho como



Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário. Tenho um documento em mãos, mas, como não dará tempo de discuti-lo, falarei brevemente. Desde 2007, fizemos um esforço, na época, com o Deputado Weliton Prado, juntamente com o Ministério Público Estadual e o Poder Judiciário, que reconheceu a vitória dos consumidores contra o descumprimento de normas legais pelo Estado de Minas Gerais e pela Copasa. Em 2009, a empresa ficou impedida de aumentar as tarifas de água e esgoto, em um índice médio de 9,05%, até a criação - conseguimos uma conquista importante - de uma agência reguladora e fiscalizadora dos serviços, conforme dispõe a Lei Federal nº 11.445, de 2007.

Agora, Sr. Presidente, entendemos que essa lei e, principalmente, a criação da Arsae precisam prever auditorias específicas, independentes, para identificar possíveis fraudes e minimizar as causas dessa ocorrência, porque percebemos uma conta absurda da Copasa. Em muitos Municípios, a Copasa cobra a taxa dos consumidores, mas simplesmente não realiza o serviço de saneamento. A população paga por um serviço que não é prestado. Isso fere o Código de Defesa do Consumidor. Os companheiros das galerias estão falando que há escolas do Estado sem água, com condições sanitárias precaríssimas. Isso é um problema que afeta diretamente o trabalho do Diretor indicado da Arsae.

Esperamos que nessa discussão da indicação - por isso nos abtemos - haja um aprofundamento do debate. Precisamos fazer um apelo aos Diretores da Arsae para que não realizem nenhum processo de contratação de auditoria, como tem sido feito nos últimos anos, sob o risco de descumprir a lei federal e a decisão judicial de 2009. Há um processo sobre isso e ingressei também com representação junto ao Ministério Público Estadual para identificar irregularidades na Copasa. Queremos que sejam praticadas tarifas mais baratas, porque ninguém aguenta a energia mais cara do Brasil da Cemig e a água mais cara do Brasil da Copasa.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que preferimos o barulho da democracia que ecoa das galerias ao silêncio da ditadura. Não admitiremos tamanho descaso com a questão da educação em Minas Gerais. É um desrespeito muito grande. Reiteramos o nosso apelo para que o governo do Estado receba o Bloco Minas Sem Censura e, acima de tudo, cumpra a determinação do Supremo Tribunal Federal e a lei do piso salarial da educação, porque lei precisa ser cumprida.

Parabênizos todos vocês, continuem resistindo. Esperamos que o governo cumpra essa lei. Continuaremos fazendo o enfrentamento em defesa de uma educação de qualidade, pois, acima de tudo, é preciso valorizar os nossos profissionais. É uma questão de humanidade com vocês. Não admitiremos que um professor receba vencimento básico de R\$369,00. Sinto vergonha ao falar isso. Esperamos que o governo cumpra a lei. Parabéns e encaminhamos pela abstenção.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta fase, a Presidência vai passar à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 2.109/2011 e 5.092/2010, que receberam emendas na ordinária realizada hoje, à tarde, e foram devolvidos, respectivamente, às Comissões de Fiscalização Financeira e de Administração Pública, para parecer.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno do Projeto de Lei nº 2.088/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar as glebas de terra que especifica à Petróleo Brasileira S.A. - Petrobras. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, queria encaminhar favoravelmente à aprovação deste projeto e explicarei o motivo. Este projeto autoriza o Poder Executivo a doar para a Petrobras o imóvel que especifica no Triângulo Mineiro. É um projeto muito importante porque há por parte do governo da Presidenta Dilma uma expectativa de investimento no Triângulo Mineiro da ordem de R\$2.000.000.000,00. Não vimos outros investimentos em Minas Gerais de tamanho porte. A Petrobras, num acordo feito entre o ex-Presidente Lula e, posteriormente, a Presidenta Dilma, escolheu o Estado de Minas Gerais, por reivindicações que vinham do governo do Estado e das prefeituras locais do Triângulo, com anuência também da Assembleia Legislativa. Houve a aprovação de um projeto de grande monta.

Esse projeto viabilizará, como eu disse, R\$2.000.000.000,00 para fabricação de fertilizantes, suprimindo a grande demanda de indústrias espalhadas na região. Hoje um grande problema do País é exatamente o problema de fertilizantes, que faz encarecer os insumos, o que atrapalha muito o agricultor familiar no Brasil.

O Bloco Minas Sem Censura, Presidente, é favorável evidentemente a este projeto de investimento de R\$2.000.000.000,00. Votaremos favoravelmente ao projeto. Esse é o nosso encaminhamento. A aprovação do projeto hoje permitirá que, doando-se o imóvel, a Petrobras possa finalizar e ultimar a aplicação desses recursos em Minas Gerais, que tem pouca programação de crescimento econômico, o que estamos denunciando aqui há muito tempo. Infelizmente o governo passado, do atual Senador Aécio Neves, e do Anastasia não tiveram planejamento de crescimento real. Minas Gerais cresce em virtude de exportação de minério, de produtos brutos exportados para a China. Não há um investimento organizado. Felizmente, o Brasil, com a Presidenta Dilma e o ex-Presidente Lula, tem investimentos programados, sendo este um deles, o qual instituirá uma fábrica de fertilizantes, o que fará baratear os insumos para a agricultura familiar, para a produção agrícola. Estamos encaminhando favoravelmente à aprovação desse projeto de grande importância.

Isso não significa, colegas professores, que estejamos nos abtendo de fazer obstrução, pelo contrário. Em seguida a esse projeto, virá o de estação ecológica. Em arenas, queremos explicar, manteremos todo o procedimento de obstrução aqui no Plenário.

Evidentemente, quero fazer obstrução e estar ao lado dos professores e dos trabalhadores da educação. Iremos encaminhar e votar favoravelmente a esse projeto no dia de hoje para que a Petrobras faça esse investimento.

Muitos dizem que os projetos do Presidente Lula e da Presidente Dilma inexistem em Minas Gerais. No entanto, vimos exatamente o contrário. O que existe é uma programação intensa de recursos para Minas Gerais. Esse projeto, Deputados, Deputada Maria Tereza,



que aqui nos escuta, é uma amostra clara de investimentos do governo federal. São R\$2.000.000.000,00 de investimentos no Triângulo mineiro. Iremos anunciar também R\$2.000.000.000,00 para Minas Gerais na área do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Um projeto como esse clareia muito, e é uma prova concreta para aqueles que dizem que não há investimentos do governo federal. Esse investimento de R\$2.000.000.000,00 vai gerar empregos, mas não é apenas isso. Significará muito para a Região do Triângulo e para Minas Gerais. Espero que esse projeto alcance a aprovação. Continuaremos com todo esse procedimento de obstrução, pelos motivos já expostos. Terei oportunidade de falar sobre isso, daqui a um tempo, de maneira mais clara.

É um absurdo o governo fechar, neste momento, a negociação com os professores, que estão aqui em uma situação difícil. Eles estiveram em greve, no ano passado, durante 50 dias; agora estão em greve há 30 dias. Isso representa um prejuízo enorme para os alunos e para os próprios professores. Então, esperamos que o governo faça o encaminhamento desse processo, para que ocorra, Sr. Presidente, uma negociação real com os professores, o que acredito que faremos aqui. Encaminhamos favoravelmente a esse projeto, mas encaminhamos também pela continuidade do procedimento de obstrução aqui, na Assembleia Legislativa, em favor dos professores. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Paulo Lamac.

O Deputado Paulo Lamac* - Sr. Presidente, o encaminhamento é muito rápido, uma vez que o Líder já expôs as diretrizes para todos os Deputados e Deputadas do Bloco Minas sem Censura. Votaremos favoravelmente. Queria só fazer o registro, pois já está muito claro, visto que já foi destacado, com precisão e habitual competência, pelo Deputado Rogério Correia, o investimento expressivo que o governo federal vem fazendo em Minas Gerais. Certamente ele poderá contar com o voto das Deputadas e dos Deputados comprometidos com o nosso Estado.

O governo estadual, mais uma vez, vem a reboque, faz a sua contrapartida ao investimento de grande monta do governo federal, fato que demonstra o compromisso que a Presidente Dilma, a exemplo do que fez o Presidente Lula, tem com o nosso Estado. Então isso é uma demonstração inequívoca, uma demonstração clara para todos aqueles que tinham dúvida, que não tinham uma percepção clara da importância dos investimentos do governo federal em Minas. Hoje eles terão a oportunidade de se redimir votando esse projeto, que fará a doação para a Petrobras de um terreno. Com isso, tantos e tantos mineiros serão beneficiados, direta e indiretamente, com mais esse empreendimento do governo federal.

É importante dizer, Sr. Presidente, que muitas vezes existe uma incompreensão do volume dos recursos investidos. Esse é um investimento importante, pois, além dos diretamente beneficiados, operários que atuarão na região, vai contribuir para o barateamento do custo dos fertilizantes, dos implementos agrícolas e beneficiará não apenas as pessoas do entorno do local onde é feito o grande investimento. Na verdade, um amplo número de mineiros e de mineiras poderá se beneficiar com a redução dos custos de transporte e com o acesso mais fácil aos implementos agrícolas. Então, é muito importante ressaltarmos a grande relevância desse investimento, o que leva o Bloco Minas sem Censura, sem prejuízo da estratégia de obstrução que estamos aqui executando nesta noite, a encaminhar favoravelmente. Isso já ficou aqui muito claro, porque nos posicionamos em defesa de Minas Gerais.

O nosso papel é defender os interesses legítimos de mineiras e mineiros. Insistimos na necessidade de que sejam rápida e imediatamente retomadas as negociações com a área de educação, a fim de serem solucionadas as questões que afligem as mineiras e os mineiros que, neste momento, sofrem com as greves nas áreas de saúde e de educação. Estamos abertos, disponíveis ao diálogo, mas não podemos deixar de encaminhar favoravelmente a votação de um projeto que trata de investimentos da ordem de R\$2.000.000.000,00 por parte do governo federal, que, mais uma vez, puxa o carro e traz o governo mineiro no vácuo. São investimentos de grande monta e de grande relevância para a população do nosso Estado.

Sr. Presidente, deixo aqui o reforço ao encaminhamento feito pelo nosso Líder, Deputado Rogério Correia, pelo voto favorável a esse projeto. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, não poderia deixar de dizer que a Petrobras é muito importante para Minas Gerais. Em Betim, divisa com Ibitiré, está localizada a Regap. O nosso Bloco votará favoravelmente ao projeto de doação de um terreno para a construção, no Triângulo mineiro, de um polo da Petrobras. A Prefeita de Betim, com lideranças da Região Metropolitana, foi inúmeras vezes a Brasília solicitar a ampliação da Regap. Os recursos devem ser investidos não apenas no polo acrílico, que é importante, mas também na ampliação da Regap, em Betim, que é fundamental para a Região Metropolitana e o Estado de Minas Gerais.

Mais uma vez, deixo registrado para todos os que aqui estão e os que nos assistem pela TV Assembleia que lideranças políticas de Betim e da Região Metropolitana têm envidado esforços para isso. Não podemos deixar que algumas pessoas fiquem mentindo, dizendo que a Regap está abandonada há muito tempo, que lideranças de Betim não se preocupam com ela. Isso não é verdade. Pelo contrário, essa empresa tem propiciado a arrecadação de ICMS, recursos de manutenção, além de ser muito importante para todos, como eu disse, para Betim, Ibitiré, Região Metropolitana e todo o Estado.

Ontem, foi votado na Câmara de Betim o novo Plano Diretor do Município, com investimentos para o novo distrito industrial, a fim de que a Regap continue cada vez mais importante, mas a fim de que seja aberto um leque, para que outras empresas possam propiciar recursos para o Estado de Minas Gerais. Isso é compromisso da Prefeita de Betim, Maria do Carmo, e de várias lideranças da Região Metropolitana. Tem o nosso voto favorável.

Queremos dizer mais uma vez que somos solidários com o movimento dos professores. Sou professora aposentada. O piso salarial é um direito dos professores, porque está garantido pela legislação brasileira, por meio de um parecer do STF. Obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado* - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar favoravelmente ao projeto. Estive presente no evento de lançamento do empreendimento do gasoduto em Uberaba, com a nossa Presidenta Dilma e vários Ministros. Isso é fundamental. São mais de R\$2.000.000.000,00 de investimentos. Estamos em negociação com o Ministro Fernando Pimentel para que seja feita uma



extensão do gasoduto Brasil-Bolívia que vai até Uberaba. A extensão que pretendemos irá até Uberlândia. As negociações estão adiantadas. O Ministro está dialogando com a Presidenta Dilma. A implantação da fábrica de amônia em Uberaba também reduzirá a dependência do País da importação desse importante insumo do agronegócio.

Em 2010, 58% da demanda por amônia no Brasil foi atendida pelo mercado externo. O produto será utilizado nas lavouras de algodão, laranja, cana, milho, entre outros, na região e em outros Estados também, como Goiás, Mato Grosso e São Paulo. A intenção realmente é tornar o Brasil autossuficiente na produção de amônia até 2015, porque nós hoje ficamos à mercê das oscilações do mercado. O Brasil, mesmo sendo um país de forte tradição agrícola, perdeu espaço na cadeia produtiva de fertilizantes, por não produzir os insumos necessários, afirmou a nossa Presidente Dilma no dia do nosso evento. Quer dizer, esse investimento de mais de 2 bilhões é fundamental, uma participação muito forte e importante do governo federal. Estamos na luta para fazer a extensão até Uberlândia. E isso pode ser utilizado não só na agricultura, mas também na exploração do gás, no transporte, barateando os preços na nossa região. Será importante não só para o desenvolvimento de Minas Gerais, mas também do Brasil. Enfim, essa questão é fundamental. E isso vai gerar mais recursos para que o governo possa cumprir a reivindicação do piso salarial dos educadores. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, saudamos, mais uma vez, os nossos educadores. Queria pegar um gancho na fala do Deputado Elismar Prado, registrando, primeiramente, que investimentos desse porte, fundamentais para o desenvolvimento de Minas Gerais, não se restringem à localidade onde estão sendo realizados. Portanto, o Noroeste de Minas, área da nossa militância primeira e maior, certamente também será beneficiado por esse investimento.

Queria destacar fundamentalmente a realidade que estamos vivendo no Brasil neste momento, que alcança Minas Gerais. O governo Lula implantou o processo de desenvolvimento sustentável no Brasil, e Minas Gerais tem-se beneficiado enormemente desse cenário favorável, que projetou uma imagem muito positiva do Brasil lá fora, melhorando a autoestima do povo brasileiro. Como foi bem exposto pelo Deputado Elismar Prado no final da sua manifestação, será por meio de investimentos desse porte, será por meio do desenvolvimento continuado e sustentável em Minas Gerais e no Brasil que a Federação brasileira - incluindo-se as pequenas Prefeituras do Brasil - vai ter recursos suficientes não só para honrar o piso nacional de salários, que é uma conquista de toda a sociedade brasileira, para de fato alavancar e dar sustentabilidade ao desenvolvimento nacional, mas para uma série de outras questões históricas que ainda estão por ser resolvidas no Brasil, como a erradicação da miséria, para fazer do Brasil não mais um país emergente, mas realmente desenvolvido e que orgulhe a todos nós, brasileiros. Aí poderemos olhar para o lado e enxergar sempre o nosso irmão fraterno, companheiro, sem distinção, morando numa pátria verdadeira, onde os filhos são todos tratados com igualdade. Para isso, Sr. Presidente, o piso nacional da educação é um caminho, um degrau. Sabemos que não é tudo, mas, quando se considera que a educação é hoje o maior bem, o maior ativo, o maior patrimônio deste mundo competitivo, temos de fazer com que a melhoria da sua qualidade possa estabelecer-se de fato no Brasil.

A Justiça já determinou, e agora é uma questão de tempo. Precisávamos agilizar esse processo de negociação para ficarmos desimpedidos para o recesso, com a consciência tranquila, fazendo esse grande bem para a categoria dos educadores mineiros, para o conjunto da população de Minas e para o povo brasileiro.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Liza Prado.

A Deputada Liza Prado* - Quero dizer que a região do Triângulo Mineiro, especificamente Uberaba, votou favoravelmente ao gasoduto, porque tenho certeza de que ele vai gerar emprego, vai nos ajudar. E estamos lutando e torcendo para que haja uma extensão dele até Uberlândia. Eu e o Deputado Elismar Prado assinamos um requerimento, em conjunto, para a audiência pública em Uberlândia. Desejo a todos os professores e professoras que tenham muita garra. Que Deus abençoe a luta de vocês até a vitória, assim como torcemos para que o gasoduto venha trazer benefício para o nosso povo.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.088/2011. A Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.759/2011, do Governador do Estado, que altera a área da Estação Ecológica de Arêdes, criada pelo Decreto nº 45.397, de 14/6/2010, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, telespectadores da TV Assembleia, Deputados, companheiros professores que acompanham, em greve, na Assembleia Legislativa, todo esse processo, boa noite, mais uma vez. Quero justificar o encaminhamento do Projeto de Lei nº 1.759/2011, que altera a área da Estação Ecológica de Arêdes, criada pelo Decreto nº 45.397, em 14/6/2010, e que é um projeto de lei do Governador do Estado. Quero encaminhar esse projeto, Sr. Presidente, para exigir do Governador do Estado explicações sobre ele. Esse projeto é no mínimo estranho. O governo criou em 2010 uma reserva ecológica perto de Itabirito. Foi necessária a criação de uma reserva ecológica, porque se discutiu, e a própria Secretaria de Meio Ambiente viu a necessidade de criá-la, pois era uma área em que a Vale do Rio Doce minerava, trazendo muito prejuízo ambiental. Então, pela própria Secretaria de Meio Ambiente, criou-se uma reserva ecológica. Estranhamente agora o governo do Estado manda um projeto permitindo que a Vale construa uma estrada passando no meio de uma reserva ecológica, criada por ele em 2010. É, no mínimo, estranho que o governo tenha criado a reserva e, agora, um ano depois, permita que a estrada passe pela Estação Ecológica de Arêdes, em Itabirito, atendendo às reivindicações da Vale.

Estranhamente também, hoje ou ontem, o governo anunciou um investimento milionário do Eike Batista na região da Serrinha, onde também temos um projeto de preservação da área ambiental. Ou seja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, professores e professoras, mineração em Minas Gerais é uma farra. As mineradoras Ferrous, MMX e Vale fazem o que querem no Estado. Também querem fazer alguns minerodutos, que vão levar o minério das montanhas de Minas ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro. Por isso o governo



procedeu imediatamente à desapropriação de vários terrenos, mas serão exploradas, sobretudo, as águas de Minas Gerais. Estamos tratando de assuntos importantes, os professores e as professoras estão nos ajudando na obstrução dos trabalhos nesta Casa, mas é bom que eles saibam a relação do governo com as mineradoras. Vocês precisam dar muitas aulas. Com o salário miserável de R\$369,00, que, com o subsídio, pode chegar a R\$1.300,00, os professores não conseguem lecionar em apenas um turno, precisam dar aula de manhã, à tarde e à noite. Muitas vezes, vocês estão na sala de aula e não sabem o que as mineradoras estão fazendo. Mas é de se estranhar que uma reserva ecológica criada pelo governo seja, de repente, atingida por uma estrada. Para conduzir o minério, faz-se da seguinte forma: o minério é triturado, jogado no mineroduto e, para ser escoado até o oceano, precisa-se de água. Para serem feitos todos os minerodutos reivindicados pelas mineradoras, seriam necessários 30% da água que abastece Belo Horizonte. Dessa forma, o minério alcançaria o mar, onde seria feita a decantação. Daí o minério iria para a China ou para o Japão, a preço de banana. E ficamos aqui, em Minas Gerais, exportando matéria bruta, um verdadeiro pecado, pois o dinheiro vai para a MMX e a Vale, muito pouco retorna em benefício do Estado. Se, pelo menos, houvesse um fundo social do minério, como o Fundo Social do pré-sal criado pelo Presidente Lula, uma parte seria destinada à educação, à saúde. Mas não, o dinheiro vai para o caixa único do Estado, e não sabemos o destino do que se arrecada do minério, não havendo nenhum investimento social na área da saúde e da educação. E as nascentes, os córregos? Deputados, Deputadas, professores, professoras, telespectadores da TV Assembleia, tudo isso literalmente vai por água abaixo. Fizemos uma audiência pública para questionar esses minerodutos. Foi tão grande o questionamento de que essa água secaria as nascentes, os leitos dos rios, que alegraram estar estudando uma forma de, depois de se decantar o minério, trazer a água de volta. Eu disse que era uma boa, que poderiam trazer água do mar. Assim Minas Gerais teria mar. Em vez de trazerem água doce, poderiam trazer água do mar, realizando o sonho do Tibau. Não sei se vocês se lembram dele. Tibau foi Deputado Federal e disse que traria água do oceano para Minas, para termos praia. Quem sabe o Governador Anastasia vai realizar o sonho do Tibau? Tomara que não o faça, pois vão acabar com a nossa água doce e vamos ficar com a água salgada do mar.

Tirando as brincadeiras, a coisa é séria. E eu estou encabulado de ver a pressa desse projeto nesta Casa. Ele anda apressadamente. Entrou outro dia e já está aqui. Existem projetos que estão longe de ser aprovados, mas esse, como é de interesse da Vale do Rio Doce, empresa poderosa, vai numa rapidez! Nem havia sido aprovado em 1º turno e já estava marcado para ser votado em 2º turno na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Fico encabulado de ver a pressa com que o Governador do Estado quer aprovar esse projeto. Agora o próprio Governador do Estado pede urgência e emergência no projeto da Vale do Rio Doce. Por que o Governador não tem urgência em resolver o problema da greve? Essa urgência o Governador devia ter para resolver, de fato, o problema da greve dos professores. Essa é uma urgência. Julgo que é mais urgente que esse projeto. Sinceramente, resolver o problema de milhões de crianças sem aula é mais urgente que aprovar, a toque de caixa, um projeto que a Vale do Rio Doce quer. Por mais investimentos que possa haver, as dúvidas têm de ser sanadas. Não podemos trazer desenvolvimento à custa de um prejuízo ambiental. E os professores que estão, há muito, reivindicando salários? Estiveram em greve 50 dias no ano passado e estão agora há 30 dias. Esse é um regime de urgência. Eu pediria ao Governador para inverter: tirar a urgência desse projeto e colocar a urgência para a resolução da greve. Essa é a proposta que temos a fazer ao Governador do Estado. Realmente, Presidente, venho discutir esse projeto para fazer uma obstrução pelo seu conteúdo, por uma série de dúvidas que esse projeto suscita e também em solidariedade aos professores. Ocupo a tribuna com dupla função: atrasar a tramitação do projeto e, ao mesmo tempo, fazer com que o Governador raciocine no sentido de fazer com que haja prioridade para a questão da educação.

Gostaria de lembrar que, além da greve da educação, o Governador devia ter duas outras prioridades antes de pedir urgência e emergência no projeto da Vale. Uma delas é a greve da saúde. Muitos estão sendo mal-atendidos nos hospitais, que estão funcionando com escala mínima. O outro motivo é a greve da Polícia Civil, que está em greve há 65 dias. O governo não mostrou nenhuma urgência até agora na discussão desse projeto. Vamos prosseguir com a nossa obstrução amanhã.

Parece que a base do governo já está meio cansada, tem um futebol agora, já estamos com este Plenário vazio. Ainda tenho 19 minutos, Presidente, e gostaria de guardá-los para amanhã, para que eu possa continuar obstruindo.

Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Para a obstrução ser completa, peço a V. Exa. que verifique que não há quórum e que encerre a reunião, preservando o tempo que ainda tenho. Solicito, Sr. Presidente, que encerre a discussão desse projeto e encerre, de plano, a nossa reunião.

O Deputado Duarte Bechir - Recomposição, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Doutor Viana) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 49 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Obrigado, Presidente. A base do governo está atenta, teremos que ficar nesta Casa até sábado. Sr. Presidente, como dizia, esse projeto precisa de uma explicação mais contundente. Explicaram que os caminhões que fazem o tráfego de minério precisariam passar na Rodovia 040. Nesse sentido, atravessaria a BR-040 e cortaria a reserva ecológica. Por que não é possível, em vez de cortar exatamente a referida reserva, exigir da Vale do Rio Doce que faça, paralelo à BR-040, o trânsito dos caminhões? Se o problema é o grande tráfego de caminhões - o que é verdade -, em vez de fazê-lo na BR-040, que a empresa construa uma estrada paralela para os caminhões, que sirva não apenas aos da Vale do Rio Doce, mas aos outros vários que trafegam pela BR-040.

O caminho mais fácil e mais barato talvez seja o de cortar a reserva ecológica, mas, do ponto de vista ambiental, não me parece o mais correto. É preciso que haja uma solução correta no caso deste projeto de lei também do ponto de vista ambiental, não apenas em



relação ao preço e ao tráfego de caminhões, mas fundamentalmente na preservação da reserva ecológica. Não é possível que o governo tenha criado a reserva ambiental em 2010 e, depois, disponha da própria reserva criada por ele.

Pediria ao Sr. Presidente que esse projeto de lei não fizesse parte da votação neste momento em que caminhamos para o final do período legislativo e que o retomemos no mês de agosto. Pediria que o referido projeto não fosse votado com tanta pressa e que, durante o mês de julho, fizessemos as verificações necessárias e uma visita ao local para vermos se há outras alternativas - e creio que devem existir - para que não haja o corte dessa reserva ecológica. Julgo que podem existir outras soluções. Portanto, peço que o projeto em tela do Governador não entre mais em votação neste momento.

Como disse, nossa obstrução tem duplo objetivo: postergar, adiar a apreciação do projeto até que averiguemos melhor o que pode ser feito para preservar a reserva ecológica e - como coloquei - sensibilizar, neste momento de obstrução, o Governador do Estado, Antonio Augusto Junho Anastasia, para que atenda as reivindicações feitas pelos sindicatos, como Sind-UTE, Sind-Saúde, sindicato do Ipsemg e Sindipol, da Polícia Civil. Ou seja, tem dupla finalidade: atendimento dessas reivindicações e abertura das negociações.

O projeto não deve, por si só, prosperar sem uma análise mais aprofundada dos Deputados desta Casa.

Queria dizer aos Deputados que solicitei ao Deputado Paulo Lamac que fizesse uma análise mais apurada de outros caminhos que poderíamos trilhar para não prejudicar a reserva ecológica e, ao mesmo tempo, resolver o problema do tráfego de minério na BR-040. O Deputado Paulo Lamac, a quem quero agradecer, com toda a boa vontade, já está se dispondo a ir ao local fazer as visitas. Todavia não podemos fazer isso enquanto perdurar o processo de obstrução nesta Casa, esse processo tenso de agora.

Por isso mesmo não dá para apreciar o processo com rapidez. É necessário que o Deputado vá, com a Comissão de Meio Ambiente, até o local, estude alternativas, faça diligências em relação à Companhia Vale do Rio Doce, peça estudos, por exemplo, do Conselho de Engenharia e Arquitetura quanto a outras soluções, verifique com entidades ambientalistas a validade dessa reserva ecológica e que tipo de solução pode haver. É preciso saber se já existem outras soluções para esse tipo de caso em outras partes do Estado ou no Brasil. Não dá para simplesmente dizer que a Vale do Rio Doce tem pressa, que se deve deixar essa empresa fazer, na reserva ecológica, sua estrada, dividindo a reserva. Ao fazer isso, como pela estrada passa o minério, ela não será apenas dividida em duas partes, mas parte da reserva ecológica será exterminada, em razão do pó do minério, do tráfego de caminhões. Isso irá inviabilizar, de fato, a reserva ecológica.

Eram esses os motivos principais que havia apresentado para a não aprovação do projeto. Já havia comunicado isso à Secretaria de Meio Ambiente, e vamos agora prosseguir com a obstrução do projeto, tanto no primeiro como no segundo turno. A ideia é fazer uma discussão aprofundada do projeto.

Aproveito os 2 minutos que ainda me restam para fazer uma justificativa do restante da obstrução e de um segundo motivo, que também expus para os Deputados, quanto à obstrução. Ainda tenho esperança de que o governo aceite negociar com os professores. E por que tenho essa esperança? O Governador Anastasia é servidor público e professor. Creio que o Governador Anastasia pode sensibilizar com os dados que estão postos pela greve atual, pela aprovação do piso pelo Supremo, que o estabeleceu. O Governador pode sensibilizar-se também com o argumento de que um professor ou uma professora que recebe tão pouco não pode, no mês de agosto, depois do recesso e das férias, simplesmente ter seu salário cortado.

Eu lembrava a vários Deputados que fiz parte do comando de greve dos professores desde 1979. O Deputado Luiz Carlos também é sindicalista e sabe como são as greves. Raramente vi um governo do Estado... Melhor dizendo, não me lembro de nenhum Governador do Estado que tenha cortado o salário dos professores no primeiro mês de uma greve. Não me lembro disso. Nem Newton Cardoso, que teve momentos de truculência, de exacerbação em 1987 com os professores, cortou o salário no primeiro mês. Nem Azeredo, que considero um dos piores Governadores que Minas Gerais já teve, fez isso. Nem Itamar Franco, nem Hélio Garcia fizeram isso. Nenhum Governador cortou o salário do professor no primeiro mês.

Já estou terminando. Por quê? A greve não foi considerada ilegal. Os professores estão exercendo o direito de greve, e quem é sindicalista sabe disso. Portanto não há razão legal para se cortarem salários. Não há também razão humana para esse tipo de corte no salário de uma pessoa que recebe um salário tão baixo, o que o leva à luta. Acredito que o Governador Anastasia não fará isso. E espero que não o faça, pois entraria para a história como o primeiro Governador de Minas Gerais a assim agir, salvo engano. Farei essa pesquisa.

O Governador entraria para a história como o primeiro Governador a cortar os salários dos professores no primeiro mês de greve. Não acho que isso seja uma boa marca para o Governador Anastasia. Fica aqui o apelo em favor da negociação. Obrigado, Sr. Presidente.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Lamac - Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O Sr. Presidente - Deputado Paulo Lamac, foi feita uma chamada para a recomposição de quórum há aproximadamente 5 minutos, quando se verificou a presença de 49 Deputados. Há, neste momento, quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir, o Deputado Paulo Lamac.

O Deputado Paulo Lamac* - Sr. Presidente, meus caros colegas, nossos visitantes, conforme exposto pelo Deputado Rogério Correia, fui incumbido pelo Bloco Minas sem Censura de proceder aos estudos com relação ao Projeto 1.759, de autoria de Governador do Estado, que altera a área da estação ecológica de Aredes, criada pelo Decreto 45.397, de 14/6/2010, e dá outras providências.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, acho que seria, de fato, relevante a leitura de parte do parecer do 1º turno da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, uma vez que ela procede a análise bastante pertinente a respeito da situação. Então, gostaria de pedir licença às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados até mesmo para prestar esclarecimentos à população de todo o Estado, que nos acompanha pela TV Assembleia. Certamente, milhares de mineiros nos acompanham neste momento, então gostaria de proceder à leitura.



(- Lê:) “De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe altera a área da Estação Ecológica de Arede, criada pelo Decreto nº 45.397, de 2010, e dá outras providências. Publicada no ‘Diário do Legislativo’ em 20/5/2011, foi a proposição preliminarmente examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta Comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art.188 c/c art.102, VII, do Regimento Interno. A proposição em análise visa suprimir 9,33ha dos 1.157,8556ha da Estação Ecológica de Arede”.

Portanto, estamos falando de pouco menos de 10ha que estariam sendo ocupados pela estrada e pela sua área de influência e de aproximadamente 1.160ha ocupados pela reserva. Entrada no Município de Itabirito, de modo a permitir a execução das obras de infraestrutura de ligação viária entre os complexos minerários Pico e Fábrica, é uma mina no Município de Ouro Preto e uma mina no Município de Itabirito. Na mensagem que encaminha o projeto, argumenta-se que a medida visa eliminar o trajeto de caminhões pesados que transportam minérios oriundos desses complexos minerários pela Rodovia 040. Então, é a alegação de que cerca de 800 a 2.000 caminhões circulam por dia, fazendo a ligação entre esses dois polos minerários. Dessa forma, a implementação do projeto reduziria significativamente o número de caminhões na BR-040, em um trecho em que existem recorrentes relatos de problemas que envolvem caminhões, especialmente caminhões carregados de minérios.

Foi justificado ainda que uma forma de mitigar os possíveis impactos à função ecológica da unidade de conservação seria a doação proposta pelas empresas proprietárias dos referidos complexos. Estão se comprometendo a doar uma área de 38ha, a ser anexada à estação ecológica. Veja bem, Sr. Presidente; se, por um lado, existe uma estação ecológica de grande porte, de 1.160ha, que será cortada numa faixa de aproximadamente 1,5km, com uma área de influência de cerca de 9ha, por outro lado, aproximadamente 38ha de reserva serão incorporados.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Lamac - Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, queremos discutir aqui um tema importante, mas gostaria de compartilhar com os colegas esse estudo que desenvolvemos sobre esse projeto. Parece-me que não temos condições para continuar essa discussão. Solicito de V. Exa. que encerre de plano esta reunião, a fim de continuar fazendo uso do restante do meu tempo na reunião de amanhã.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, solicito a recomposição de quórum.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 46 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Por gentileza, a Presidência solicita respeito a esta Casa, aos mineiros e aos Deputados. A segurança poderia identificar, por gentileza, aqueles que estão destilando palavras de baixo calão. A Presidência solicita respeito. Vivemos num regime democrático, mas o respeito deve prevalecer. Por favor, as manifestações ordeiras são merecedoras do nosso apoio e da nossa consideração. Aquelas distantes desse campo haverão de ser evitadas. Sejam bem-vindos, esta Casa é de vocês, é do povo, mas não podemos abdicar da ordem. Arroubos e palavras inadequadas não serão acolhidas por esta Presidência. O bom comportamento será aplaudido, acolhido por esta Casa.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Lamac - Sr. Presidente, quando solicitei o término da reunião, de plano, faltavam 24 minutos para o meu pronunciamento. Se V. Exa. me permitir, gostaria de fazer uso desses minutos. Como o procedimento é regimental, gostaria que fosse reposto o meu tempo, quando da verificação de quórum.

O Sr. Presidente - Deputado Paulo Lamac, sua solicitação não procede, uma vez que o art. 163 do Regimento Interno dispõe que: “Os apartes e as questões de ordem consentidos pelo orador e os incidentes por ele suscitados serão computados no prazo de que dispuser para seu pronunciamento.” Com a palavra, para continuar a discutir, o Deputado Paulo Lamac.

O Deputado Paulo Lamac* - Presidente, em que pese não concordar com a interpretação do Regimento, respeitamos sua liderança. Mas fico satisfeito e agradecido com o retorno e o prestígio dos Deputados, que nos agradam nos breves momentos que nos restam do nosso pronunciamento. Fazer uso dos 24 minutos que nos eram devidos sem a presença dos nobres pares não teria o mesmo brilhantismo, a mesma importância. Fico agradecido pela presença dos Deputados e das Deputadas, que retornaram a este Plenário.

Estávamos dizendo de uma reserva com área de cerca de 1.160ha e da cessão de cerca de 9ha para a construção dessa estrada. A proposta é que a ela sejam anexados cerca de 38ha, na sua parte inferior, a ser cortada pela rodovia. Vou continuar essa análise, com bastante brevidade, pois a questão é bastante interessante e complexa, envolvendo benefícios e prejuízos para a sociedade e a biodiversidade. Assim diz o parecer da Comissão de Meio Ambiente. De um lado estão os frequentes pleitos da sociedade em relação às condições de tráfego na BR-040 e os impactos das comunidades que habitam bairros lindeiros à rodovia, como os recorrentes atropelamentos, os danos causados aos automóveis e a constante presença da poeira do minério. Por outro lado, está a rica e frágil biodiversidade do Quadrilátero Ferrífero, já ameaçada pelo avanço da mineração e da urbanização na região, que neste momento se encontra vulnerabilizada, em vista da iminência da abertura dessa estrada no interior da Estação Ecológica Estadual de Arêdes para escoar o minério.

No que se refere às demandas pertinentes à BR-040, a Assembleia tem-se empenhado em promover discussões e buscar soluções junto a empresas e órgãos públicos, especialmente a partir de 2007. É importante ressaltar a atuação do ex-Deputado Estadual, atualmente Deputado Federal Padre João, que vem levantando esta questão, a iminência de uma intervenção para reduzir o fluxo desses veículos na BR-040, há muitos anos. Então é indiscutível o mérito da proposição no que diz respeito à retirada desses veículos de carga da BR-040. Por outro lado, no que se refere à conservação da biodiversidade da região, esta Casa também protagonizou importantes ações. Podemos dizer, por exemplo, na região, a criação da Comissão Especial das Serras da Calçada e da Moeda. Nesses debates tivemos o Ministério Público Estadual, cuja atuação na proteção do patrimônio natural e cultural da região é indiscutível. E, no que se refere especialmente à região de Arêdes, esta instituição teve papel fundamental na efetivação da criação da unidade de



conservação. Isso porque, desde a década de 1970, o governo estadual nutria planos de estabelecer um parque na região de Arêdes – conforme se verifica em projeto elaborado pela Fundação João Pinheiro em 1976 –, mas a criação dessa área protegida só viria a ocorrer em 2010, após negociações que contaram com a participação desta Casa e do Ministério Público Estadual.

Em abril de 2009, foi celebrado um termo de ajustamento de conduta – TAC – entre o Ministério Público e a empresa Herculano Mineração Ltda., que construiu uma barragem de rejeitos em terrenos, os quais, posteriormente, descobriu-se pertencerem à Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – Cetec –, entidade vinculada ao Estado de Minas Gerais. Esse TAC, produto do Inquérito Civil nº 0024.08.000497-1, contou com a interveniência da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, da Cetec e do Instituto Estadual de Florestas – IEF – e estabeleceu uma série de medidas compensatórias a serem adotadas pela referida empresa, que interferiram positivamente na criação da unidade de conservação.

Assim, a criação da Estação Ecológica de Arêdes se fundamentou na proteção desse patrimônio histórico-arqueológico. Pelo levantamento, há uma relevância histórica e arqueológica até superior à questão ambiental, relacionada com o ciclo do ouro do Brasil Colônia, na conservação da biodiversidade da área; considerada, pelo documento “Biodiversidade em Minas Gerais: Um Atlas para Sua Conservação”, de importância biológica para a flora e para avifauna, especialmente para a herpetofauna e, extrema e potencialmente, para invertebrados; na manutenção da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos, que contribuem para o abastecimento público do Município de Itabirito; e no desenvolvimento de pesquisas científicas.

Presidente, eu gostaria de colocar que os levantamentos demonstram essa ambiguidade, da efetivação dessa via para a retirada dos veículos da BR-040, a qual ratificamos e não temos dúvida, e algum eventual risco a que o meio ambiente estaria exposto. Mas é importante colocar, por justiça, que, no local em que se pretende colocar essa estrada, já existe hoje uma estrada de terra que apenas seria readequada para a passagem desses caminhões. Estamos procedendo à análise solicitada pelo Deop. Temos intenção de fazer a visita que o Deputado Rogério Correia mencionou, se possível, ainda amanhã. Até o presente momento, gostaria de compartilhar uma informação com os colegas, uma vez que o tempo já se está escoando. Tenho a interpretação de que a relevância para os usuários da BR-040 e para aquela população que, há décadas, vem reivindicando a retirada desses caminhões pode justificar a intervenção, uma vez que os estudos ambientais a que tivemos acesso até o momento demonstram que os impactos não seriam significativos uma vez que já existe a estrada aberta, e temos as fotos que comprovam isso. Por outro lado, ainda estamos aguardando mais elementos. Se tudo der certo, amanhã, possivelmente concluiremos a discussão desse projeto, e já teremos mais dados para a época do encaminhamento da proposta, quando poderemos apresentar um posicionamento definitivo em relação a essa questão, que realmente apresenta uma ambiguidade entre a vida das pessoas que circulam na BR-040 e a preservação do meio ambiente. É uma questão complexa, pois existem outras áreas de preservação no entorno que se agregariam a essa área de 38ha que propõem seja reunida ao trecho cortado da reserva de Arêdes. Acredito que, até amanhã, teremos condições de apresentar ao Bloco um encaminhamento adequado, com todos os critérios para acertamos e beneficiarmos o povo mineiro.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, público da TV Assembleia, queremos participar desta discussão por entendermos que estamos vivendo um processo em nível planetário que nos impele, nos move a todos, a conhecer os impactos ambientais das diversas atividades. Hoje é imperativo para os empreendimentos que se consideram ecologicamente corretos e viáveis que a dimensão ambiental seja claramente computada e considerada como um componente efetivo real do processo produtivo. Assim, no preço final dos produtos de qualquer atividade, o componente ambiental tem que ser avaliado, computado, considerado. Sem isso, o preço e o impacto provocado não comporão efetivamente o processo.

Portanto, Sr. Presidente, quando se trata - como é o caso - de se alterar uma estação ecológica, entendemos que é necessário um estudo aprofundado, como bem disse o Deputado Paulo Lamac, que ainda concluirá os estudos, já que está encarregado pelo Bloco Minas sem Censura de fazer as análises de forma mais detida e trazer um parecer conclusivo, definitivo, não apenas para o Bloco, mas também para o conjunto da Casa. As informações com que podemos trabalhar até aqui mostram que existem ganhos e perdas, como em qualquer atividade. De um lado, essa via que cortará parte efetiva da reserva representará um ganho ao retirar um trânsito pesado de muitos caminhões e veículos de uma rodovia federal, a BR-040, facilitando seu fluxo normal e diminuindo os impactos que a depreciam. Por outro lado, existem impactos negativos, particularmente na fauna da reserva da estação ecológica.

Isso porque, se uma via vai atravessar ou cortar uma reserva ou uma estação ecológica sem um corredor ecológico, que é o instrumento adequado para garantir o trânsito sobre segurança dos animais e, portanto, daquela fauna local, certamente esse é um componente que precisa ser considerado. Sem corredor ecológico, sem as melhores reservas possíveis, sem essa garantia de que sejam conectadas umas às outras, garantindo e protegendo o trânsito da fauna dessas reservas, o prejuízo é iminente e precisa ser computado porque ele acontecerá. Então há ganhos de um lado e perdas de outro. É preciso aprofundar o nosso debate.

Lembramos que, dos vários modelos de unidades de conservação previstos e contemplados na nossa legislação, a estação ecológica é o mais rígido. Costumo até brincar que é proibido olhar para a estação ecológica, porque nenhuma atividade é passível de ser desenvolvida nela, a não ser a proteção, evidentemente, e a pesquisa. Portanto, quando se propõe cortar uma estação ecológica com uma estrada, ficamos nos questionando e perguntando, Sr. Presidente, como equacionar a rigidez da legislação para esse modelo de unidade de conservação, a estação ecológica, com um trânsito pesado, e não só porque o que tráfegará nessa estrada serão caminhões de minério, mas também do ponto de vista do tráfego, do volume e da quantidade de caminhões que estarão transitando, indo, levando o minério e voltando para recarregar e reabastecer.

Queria aproveitar para me dirigir ao nobre Deputado Paulo Lamac, que está encarregado de aprofundar esses estudos. É exatamente esse aspecto de como conjugar essa rigidez de proteção que a legislação preconiza para estações ecológicas com um trânsito intenso na legislação. Além disso, gostaria também de conhecer melhor quais são as justificativas para que a área seja acrescida, a fim de compensar a área que será suprimida com a estrada,... Por que essa área acrescida não está localizada do outro lado do projeto? Não da área menor, que é onde a estrada passará. Aliás, ela fará um corte longitudinal, deixando uma beiradinha da reserva da estação ecológica. Por que não crescer do outro lado, uma vez que, numa área menor, certamente o trânsito de animais sem um corredor



ecológico diminuirá os riscos em razão obviamente do volume e da quantidade de animais que poderão trafegar naquela via, correndo risco, portanto, de serem acidentados. Então é mais um dado que colocamos para a apreciação e observação do nobre Deputado Paulo Lamac.

Gostaríamos de nos reportar, Sr. Presidente, ao parecer elaborado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O relatório elaborado pela comissão foi apresentado em 1º turno exatamente porque a comissão se debruçou sobre o assunto, consultou a legislação federal e estadual e trouxe importantes considerações. Gostaria de fazer a leitura desse parecer.

“De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe altera a área da Estação Ecológica de Arêdes, criada pelo Decreto nº 45.397/2010, e dá outras providências. Publicada no ‘Diário do Legislativo’ em 20/5/2011, foi a proposição preliminarmente examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora o projeto a esta comissão para receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102 do Regimento Interno.”

Observemos então a fundamentação: “A proposição em análise visa suprimir 9,33ha dos 1.157ha da Estação Ecológica de Arêdes, situada no Município de Itabirito, de modo a permitir a execução das obras de infraestrutura de ligação viária entre os Complexos Minerários Pico e Fábrica, localizados, respectivamente, nos Municípios de Itabirito e Ouro Preto. Na mensagem que encaminha o projeto, o Governador do Estado argumenta que a medida visa eliminar o tráfego de caminhões pesados que transportam minérios oriundos desses complexos minerários pela Rodovia BR-040, melhorando a qualidade da vida e reduzindo o número de acidentes rodoviários em certo trecho. O Governador do Estado indica ainda que, como forma de mitigar os possíveis impactos à função ecológica da unidade de conservação, as empresas proprietárias dos referidos complexos se comprometeram a doar área de 38,7ha a ser anexada à estação ecológica.”

Fazendo uma continha rápida, se suprimirmos 9,3ha, em função da estrada que cortará a estação ecológica, e acrescentarmos 38,7ha, que serão anexados a mesma estação, considerando pura e simplesmente o aspecto quantitativo, efetivamente há um ganho. Retomo o argumento inicial que apresentei: necessidade de um corredor ecológico que fica impossibilitado em função da estrada. Não é possível fazer um corredor ecológico numa área que tem efetivamente um corte, uma estrada cortando aquele espaço.

Continuando o relatório, Sr. Presidente. “A questão é complexa, envolve benefícios e prejuízos para a sociedade e para a biodiversidade. De um lado, estão frequentes pleitos da sociedade com relação às condições de tráfego da BR-040 e aos impactos das comunidades que habitam bairros lindeiros à rodovia, tais como os recorrentes atropelamentos e danos a automóveis e a constante presença da poeira do minério. De outro, está a rica e frágil biodiversidade do Quadrilátero Ferrífero, já ameaçada pelo avanço da mineração e da urbanização da região e, nesse momento, vulnerabilizada em vista da eminência da abertura de uma via de escoamento de minério no interior da Estação Ecológica de Arêdes.

No que se refere às demandas pertinentes à BR-040, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais tem se empenhado em promover discussões e buscar soluções junto a empresas e órgãos públicos, especialmente a partir de 2007. Entre essas ações, destacou-se a realização, pela Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, de visita técnica ao trecho da rodovia compreendido entre os Municípios de Belo Horizonte e Conselheiro Lafaiete.”

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Almir Paraca, percebo que V. Exa., com muita propriedade, está discutindo o projeto dessa reserva ecológica. Querem fazer uma estrada que corta essa reserva, o que eu havia procurado discutir no início do projeto. V. Exa. cita pontos importantes.

De fato há o oferecimento de uma área de Minas em hectares equivalentes. Na verdade, essa área, embora equivalente, será cortada ao meio pela estrada. A reserva ecológica ou parte dela certamente será cortada. Gostaria que V. Exa., que tem grande conhecimento na área ambiental, pudesse nos dar esclarecimentos sobre isso. Uma estrada que corta parte de uma reserva florestal, com caminhões que conduzem minérios, etc., por mais que queiramos, por mais que esteja colocado no projeto que a área será compensada com outra, parece-me que oferece riscos. Haverá riscos para todas as características de seu bioma, principalmente se ali houver nascentes, leito de rios. Mesmo a flora e a fauna dessa reserva ecológica poderão ficar prejudicadas. Ficará prejudicada não apenas aquela parte por onde a estrada passa, mas também o conjunto, em razão do pó do minério, dos caminhões que por ali passam, da trepidação. Tudo isso levará prejuízo a uma parte importante da reserva ecológica, que, no meu entendimento, poderá ficar completamente descaracterizada.

Esse estudo precisa ser feito com maior rigor. Ao que me consta, e depois gostaria que V. Exa. observasse isso também, não existe um estudo de impacto ambiental e do que aconteceria a essa reserva ecológica com esse novo quadro. Pelo que tenho visto, não existe ainda por parte dos órgãos do governo do Estado um estudo detalhado que pudesse viabilizar essa obra. Acho temerário que algo aconteça sem esse estudo. O Ministério Público também ainda não foi incumbido de fazer essa análise. Todo cuidado que se teve para criação da reserva ecológica não está havendo agora para desfazê-la. Não foi solicitado parecer do Ministério Público. As entidades ecológicas não foram ouvidas e consultadas. Haverá prejuízo realmente grande a uma reserva ecológica que se pretendia fazer. O próprio governo, no ano de 2010, decretou sua existência.

Os problemas da BR-040 já existiam há muito tempo. Não estou convencido de que esse projeto é necessário e de que não possa haver outras alternativas. Esclareço aos Deputados que, além do mais, o Deputado Paulo Lamac se dispôs a fazer um estudo mais detalhado, a visitar a região, a procurar o Ministério Público, enfim, a fazer, mesmo no recesso, uma observação sobre o que de fato tem acontecido na região. Ele está fazendo isso. Enquanto se propôs a fazer isso, o que discutimos aqui e comuniquei à Comissão e aos Deputados, o projeto passou a tramitar com rapidez na Casa. O governo pede agora regime de urgência para ele, sendo que tínhamos combinado outro tipo de comportamento em relação a esse projeto. Estranha-me muito que o comportamento seja de agilizar um projeto sem dar chance de um estudo ser feito. Realmente nos estranha a rapidez de tramitação desse projeto, assim como suas consequências.

Esse projeto não pode prosperar. Apresentamos emendas. Esse projeto, de qualquer forma, não será votado hoje. Digo isso até para esclarecer os professores, que quero cumprimentar por estarem aqui até agora, combativamente, querendo mostrar ao Governador do Estado que eles estão aqui com justas reivindicações. Hoje eles nos ajudam na obstrução na Assembleia Legislativa com uma



reivindicação muito justa. Não podem ser confundidos, e não são, com agentes que vieram aqui fazer baderna ou coisa parecida. Vieram contribuir com o processo de obstrução nesta Casa, o que é justo, bem porque estão em greve há mais de 30 dias em razão de uma questão legal, o piso salarial, pelo qual a categoria luta. Piso esse estabelecido, V. Exa. sabe muito bem, pelo Supremo Tribunal Federal. Queria esclarecer que esse projeto não será sequer votado hoje. Há uma emenda de minha autoria, que, obrigatoriamente, remete o projeto à Comissão, para que ele seja lá analisado. Então o projeto não será votado aqui hoje. Alguns Deputados podem estar aqui com a boa intenção de votá-lo hoje, mas peço que observem essas duas questões: o projeto não foi amplamente discutido e muitas questões não foram resolvidas. De qualquer forma, ele não será votado hoje. Vários Deputados querem ainda fazer suas discussões. O Deputado Elismar Prado já está inscrito, bem como o Deputado Pompílio e o Deputado Gilberto. Além disso, o projeto será remetido posteriormente à Comissão e não será votado hoje.

Queria comunicar aos Deputados que, em relação a este projeto, eu, pessoalmente, apresentarei emenda de redação. Não admito que os projetos sejam votados nessa velocidade, sem que os fatos sejam verificados. Em relação a esse projeto, não é nenhuma radicalização no procedimento de obstrução, mas apresentarei uma emenda de redação a ele, que não poderá ser votado sem que se dê oportunidade de verificar direito o que está acontecendo nessa área. Outro dia, eu já havia dito ao Presidente da Casa que não concordo com o fato de esse projeto ser apresentado. Eu tinha até entendido. Sr. Presidente, que esse projeto não entraria em discussão e que não seria votado neste semestre. Estranha-me a pressa, e cobro do Presidente da Casa uma atitude para que esse projeto não seja incluído na pauta, pois considero uma quebra de acordo, considerando-se o que tinha sido discutido em relação à matéria. Queria prestar esses esclarecimentos, até para não pensarem que isso é alguma medida de retaliação minha. Não! Já havia dito isso ao Presidente anteriormente. Apenas comunico isso ao conjunto de Deputados, aproveitando para parabenizá-lo pela observação que faz a esse projeto. Parabéns!

O Deputado Almir Paraca* - Obrigado, Deputado Rogério Correia. É preciso primeiro reconhecer que Minas Gerais tem-se notabilizado, e a Casa é a principal responsável por isso. Minas Gerais é reconhecido como um Estado que tem uma legislação ambiental avançada, sintonizada com as grandes questões apresentadas não só no cenário nacional, mas também no cenário mundial e planetário, ressaltadas algumas questões, a exemplo do deslize, do tropeço no tocante à mata seca, principalmente se considerarmos que o próprio governo do Estado, por meio do Idene, em uma parceria com o Ministério do Meio Ambiente, realizou um estudo na região Norte de Minas em que se evidencia o risco concreto de desertificação de extensas áreas do Norte de Minas, áreas de mata seca, desmatadas e incorporadas à produção agropecuária. Aliás, mais à pecuária do que à agricultura, sem os devidos cuidados, sem observar efetivamente a legislação, colocando em risco de desertificação amplas áreas do Norte de Minas. Na ocasião, Deputado Rogério Correia, na legislatura passada, tivemos a oportunidade de intervir, de apresentar a nossa posição. À época, a posição da Bancada do PT, infelizmente, não era unânime, apresentava divergências internas. Todavia, a maioria da nossa Bancada, na legislatura passada, posicionou-se com muita clareza por não flexibilizar a legislação federal com relação à mata seca no Norte de Minas, ou seja, por aplicar a legislação federal "ipsis litteris" à questão da mata seca no Norte de Minas. Hoje, está muito claro esse risco em um estudo oficial, formal, do governo do Estado em parceria com o governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente.

Reconhecemos os avanços de uma legislação importante que temos em Minas Gerais, reconhecemos o esforço de organização da sociedade civil para aplicar essa legislação, principalmente no que diz respeito à proteção dos recursos hídricos. Reconhecemos o esforço de organização dos comitês de bacias, das agências de bacias em iniciar a aplicação da legislação que traz o conceito do consumidor-pagador ou do poluidor-pagador, para que a proteção possa ser feita com recursos advindos das próprias atividades que utilizam os recursos hídricos em grande quantidade. Temos de reconhecer e elogiar tudo isso em Minas Gerais.

No que diz respeito às reservas ecológicas do Estado de Minas Gerais, nas diversas modalidades de conservação existentes, necessitamos fazer nesta Casa, Deputado Pompílio Canavez, um profundo estudo para conhecer de perto a realidade dessas unidades de conservação. Existe um grande problema: muitas dessas reservas foram desapropriadas, instituídas, mas os antigos proprietários não foram indenizados. Existe um grande passivo do governo do Estado para com esses produtores. Isso precisa ser resolvido.

Outro problema associado com as unidades de conservação é a capacidade de o Estado implementar a política pública que orientou, subsidiou a implantação das unidades de conservação. A maioria dos parques, a maioria dessas unidades de conservação não tem pessoal suficiente para que a proteção dessas áreas seja feita. Nem o Instituto Estadual de Florestas - IEF - nem a Polícia Florestal estão preparados para implementar essa proteção. Um exemplo disso é uma área que acompanho de perto, a estação ecológica de Sagarana. Para quem não sabe, Sagarana é um Distrito de Arinos. O segundo assentamento de reforma agrária de Minas Gerais foi implantado em Sagarana. A área de reserva legal desse assentamento se transformou, por meio de um acerto entre o Incra e o governo do Estado, em uma estação ecológica. A reserva legal era protegida, portanto, com bastante rigidez. A estação ecológica não permite o que algumas unidades de conservação mais flexíveis permitem. Não permite, por exemplo, nenhuma atividade extrativista. Não permite sequer atividades turísticas, Deputado Paulo Lamac, como algo que está crescendo e serve de renda para muitos agricultores que foram expulsos dessas áreas durante os processos de criação das unidades de conservação. Estou me referindo à observação de animais ou de pássaros, atividade que cresce no campo do turismo. Nem mesmo atividades simples como essas, que não agredem o meio ambiente, se forem bem conduzidas, são permitidas nessas unidades de conservação, classificadas como estações ecológicas.

Em Sagarana, infelizmente, existe um grande desmatamento, com clareiras enormes dentro da estação ecológica. Por exemplo, madeiras de lei, principalmente aroeiras, que têm proteção, estão sendo derrubadas, retiradas de forma sistemática da estação ecológica.

Precisamos fazer esse estudo mais amplo, não exclusivamente sobre o Projeto de Lei nº 1.759/2011, que estamos discutindo, mas em relação ao conjunto dessas unidades de conservação, porque são muitas e importantes. É preciso protegê-las para que o espírito da decisão política que as criou seja de fato preservado.



Questões de Ordem

O Deputado Almir Paraca - Observando, de plano, Sr. Presidente, que não temos quórum para a continuação dos trabalhos, solicitamos o encerramento da reunião.

O Deputado Tiago Ulisses - Recomposição de quórum, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 46 Deputados. Portanto, há quórum para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, assessoria presente, professores, quero iniciar afirmando que este trabalho que estamos fazendo aqui está fundado no princípio da solidariedade. Em solidariedade à luta dos professores e na tentativa de sensibilizar o governo para que haja efetiva negociação, estamos fazendo obstrução nesta Casa e vamos fazê-la no limite de nossas forças, não é Deputado Paulo Lamac? Quero dizer que nos honra muito fazer esta discussão com a presença dos parlamentares, embora o jogo do Brasil esteja quase no final..

Questão de Ordem

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Considerando que não temos quórum, vou pedir que suspendamos a reunião, que encerremos os trabalhos. Na próxima reunião, continuaremos o debate Peço que encerre, Sr. Presidente, por falta de quórum, esta reunião. Não há quórum, Deputado Luiz Humberto.

O Sr. Presidente - Deputado Adelmo Carneiro Leão, acabou de ser feita uma chamada para recomposição de quórum, quando se verificou o quórum elevado de 46 Deputados. Por gentileza, Deputado Adelmo, V. Exa. haverá de abrilhantar o trabalho com sabedoria peculiar.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Há 3, 6, 9, 12, 15, 18, 20 parlamentares. Peço o encerramento, de plano, da reunião.

O Sr. Presidente - Deputado Adelmo, o tempo de V. Exa. está passando.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sim, o nosso tempo.

O Sr. Presidente - Gostaria muito de ouvir o pronunciamento sempre sábio de V. Exa. Por gentileza, Deputado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Com toda a tranquilidade, mas quero, no mínimo, o quórum de 26 parlamentares. Não há, neste Plenário, 26 Deputados. Vejam bem: há 10, 12, 14, 16, 18, 20, 22 parlamentares. Vou preservar os meus colegas que estão assistindo ao final do jogo do Brasil, já vitorioso, contra a extraordinária Seleção do Equador. Quero parabenizar esse pequeno país, nosso irmão, que mostrou garra, um time espetacular, que dá a grandeza ao Brasil, por ser vitorioso. Elismar Prado, até o momento em que saímos de lá, o placar era 4 a 2 para o Brasil.

Vamos ao projeto. Primeiro, professores e professoras, vou tratar da Mensagem nº 62/2011, do Governador do Estado, dirigida ao Presidente desta Assembleia. Nessa mensagem, diz o Governador Antonio Anastasia: “Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para exame e deliberação dessa egrégia Assembleia Legislativa, o incluso projeto de lei, que autoriza a utilização das áreas da Estação Ecológica de Arêdes, criada pelo Decreto nº 45.397, de 14/6/2010, para a execução de obras de infraestrutura de interligação entre os Complexos Minerários Pico e Fábrica, respectivamente, localizados nos Municípios de Itabirito e Ouro Preto, de propriedade das empresas Vale S.A. e Minerações Brasileiras Reunidas S.A. Resultante de estudos desenvolvidos pelas Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e de Desenvolvimento Econômico - Sede -, a proposta está orientada, basicamente, pela necessidade de compatibilizar a defesa do meio ambiente com o desenvolvimento socioeconômico, segundo prescreve a ordem constitucional”.

Na realidade, o que diz o Governador Antonio Anastasia mais compatibiliza os interesses das empresas com o projeto por ele proposto que compatibiliza a preservação ambiental com os interesses econômicos. A proposta do Governador permite o corte de uma reserva ecológica por uma estrada, para atender muito mais fortemente aos interesses econômicos prevalentes sobre a defesa do meio ambiente.

Por isso mesmo, as manifestações do Deputado Rogério Correia, do Deputado Almir Paraca, dos nossos companheiros que nos antecederam têm o objetivo de rejeitar, de propor voto contrário a esse projeto, considerando a natureza da intervenção humana sobre aquela área tão importante de preservação ecológica, a Estação Ecológica de Arêdes. Diz ainda o Sr. Governador que a medida ora proposta tem por objetivo possibilitar a eliminação do tráfego de caminhões pesados que transportam minérios oriundos desses complexos pela rodovia BR-040, melhorando a qualidade de largo trecho dessa movimentada via de acesso ao litoral sudeste, visando à diminuição dos comuns acidentes rodoviários naquele local. É uma preocupação correta do Governador. Realmente, o que estamos vendo nas nossas estradas, sejam elas estradas federais, sejam municipais, é uma verdadeira carnificina, uma verdadeira guerra que se estabelece contra a nossa gente. Deputado Sebastião Costa, já tivemos a oportunidade de debater, de refletir sobre essa situação, uma verdadeira guerra que se estabelece no leito das nossas rodovias, que deveriam estar transportando o nosso povo, a nossa gente, para poder estabelecer o encontro da nossa gente com seus familiares, a busca de empregos, a busca das diferentes regiões do Estado na lógica do desenvolvimento, do encontro social, da mobilidade e as nossas estradas, infelizmente, por falta de uma definição mais adequada de infraestrutura, de sinalização, de uma estrutura de leito correta, estamos vendo uma mortandade sem limites, absolutamente inaceitável no nosso país. Talvez, para atender essa vontade do Governador, que é legítima, fosse muito mais interessante e oportuno retomarmos o sonho e a luta daqueles que quiseram construir no nosso país, além das nossas rodovias, as ferrovias, que transportam com custo muito mais baixo, em quantidade muito maior, esse produto tão nobre e tão importante da riqueza do Estado.

Dentro desse objetivo de sustentar os interesses da mineração, para compatibilizar os interesses do capital com os interesses sociais, também seria oportuno que o Governador pudesse tratar aqui da questão da mineração no Estado de Minas Gerais, na lógica de que a



mineração pudesse atender mais aos interesses sociais, ao desenvolvimento do Estado do que o próprio interesse do capital. Se analisarmos, vemos que sobre a mineração no nosso Estado praticamente não há nenhuma carga tributária. O Deputado Elismar Prado, os Deputados do nosso bloco parlamentar e vários outros parlamentares têm sinalizado aqui a grande distorção tributária que existe neste país e neste Estado. Uma das mais tremendas distorções está fundada em pagarmos, por exemplo, sobre o consumo da energia elétrica, tributação superior a 40% sobre o consumo, sendo que não se paga praticamente nada sobre a exploração mineral.

Então, em defesa do meio ambiente, da compatibilização do capital com o trabalho, do capital com o desenvolvimento social, também seria oportuno que viesse a esta Casa, muito mais do que uma proposta para recortar uma reserva ecológica, uma proposta que pudesse comprometer parte desse capital em favor do desenvolvimento de Minas, das ferrovias e de transportes mais efetivos e eficazes em nome da vida e da segurança das pessoas.

Mas, seguindo a mensagem do Governador, temos: “A eliminação do aludido tráfego dar-se-á por meio da construção de outra via local de conexão entre os Complexos Minerários Pico e Fábrica, pelas empresas Vale S.A. e Minerações Brasileiras Reunidas S.A.”. Vejam a oportunidade que temos aqui. O governo de Minas tem hoje que tratar dessa questão na lógica de uma via férrea. O quanto poderíamos economizar, reduzir do custo do transporte, se tivéssemos uma ferrovia, que seria muito mais ecológica que o transporte rodoviário, muito mais econômica do ponto de vista da relação custo-benefício, muito mais importante para o desenvolvimento do Estado?

Então, dentro da proposição do Governador, quero trazer aqui a reflexão e a proposição de aprimorarmos essa proposta, que retornará para a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária ou para a Comissão de Administração Pública, onde couber, e poderemos trabalhar nessa lógica de, contribuindo com a boa vontade do Governador, com o interesse de compatibilizar o desenvolvimento social com o capital, encurtar as distâncias entre a estrutura de mineração e seu processamento e criar um mecanismo mais interessante, efetivo e ecológico. Aí, sim, talvez possamos dar um salto de qualidade em relação à proposição aqui apresentada.

“Para alcançar esse desiderato, mister se faz autorizar a execução das obras de interligação viária na recém-criada Estação Ecológica, utilizando-se uma área de 9,33ha, inserida dentro do perímetro daquela Estação, sem, entretanto, perder de vista os objetivos da implantação da unidade de conservação”. Temo que essa unidade de conservação ou essa interligação dentro da unidade comprometerá a vida dos animais e a estação como estação ecológica. Por isso mesmo, entendo que, em vez de um pedido de urgência de votação, seria oportuno que nos debruçássemos sobre a situação e encontrássemos a melhor solução para preservar a vida, garantir o desenvolvimento social e reduzir os custos do transporte do minério por entre a estação.

“Assim, estão incluídas no texto que autoriza a execução das obras de interligação entre os complexos minerários a exigência de prévia aprovação do órgão responsável pela administração da Estação Ecológica, a realização de licenciamento ambiental e a observância de outras exigências legais”. Como vocês podem ver, nessa proposição de lei, se essas exigências são necessárias e importantes, eu, que acompanhei uma série de processos de licenciamento e conheço a estrutura burocrática e as nossas limitações de recursos humanos, não tenho dúvidas de que, em função disso, é absolutamente dispensável tratarmos também desse projeto de lei na lógica de uma proposição de urgência nesta Casa.

“Esclareço, ademais, que, para não prejudicar a função ecológica da aludida unidade de conservação, as empresas já referidas assumiram com o Estado de Minas Gerais o compromisso de doar uma área adjacente à Estação Ecológica de Arêdes, com a medida de 38,7ha e que será incorporada àquela Estação conforme demonstrado no protocolo de intenções”. A interposição de uma via rodoviária dentro de uma estação ecológica não se compensa com uma área, mesmo se multiplicada por quatro vezes em relação à área que será desapropriada.

Todos nós que conhecemos a importância da mobilidade para a vida dos animais e as condições de uma estação ecológica podemos afirmar, categoricamente, que essa substituição não compensará as vidas dos animais que serão consumidas, ou seja, as vidas que serão destruídas em função da construção dessa rodovia.

“Para melhor compreensão da matéria, faço anexar à presente mensagem, para conhecimento dessa egrégia Assembleia, cópia do Protocolo de Intenções celebrado entre o Estado de Minas Gerais e as empresas mencionadas”. Na verdade, são grandes e importantes as empresas mencionadas. No entanto, embora possam promover ações importantes, também produzem lesões significativas na estrutura do Estado. Então não basta só um protocolo de intenções. É preciso realmente vermos com muito zelo e carinho e muita dedicação essa proposta de construir dentro dessa estação ecológica uma rodovia, Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Quero insistir com os Deputados que o projeto não é oportuno. Temos de encontrar uma alternativa mais inteligente e interessante, a qual deve ser melhor para podermos compatibilizar os interesses da mineração com a vida na reserva ecológica e o desenvolvimento social do nosso Estado.

“Expostas, assim, em linhas gerais” - e são linhas gerais mesmo -, “as razões da iniciativa, que se reveste de inegável interesse público e inquestionável alcance social”. Onde está o alcance social. É questionável o alcance social. Ressalta-se a economia que se faz na lógica de interesses de capital, sem explicitar de maneira solar quais os interesses sociais que são atendidos nesse projeto. Não dá para, apenas com uma palavra e uma frase de retórica, acreditarmos que esse efeito prevalecerá só nas intenções, nessa frase e nesse texto que está sendo lido aqui. Temos de assegurar, de maneira cabal, as condições efetivas de retorno social resultantes da ação do governo, para favorecer essas importantes empresas do Brasil e do nosso Estado.

“Antecipo agradecimento e reitero, na oportunidade, expressões de meu elevado apreço e distinta consideração”. Essa é a mensagem do nosso Governador de Minas Gerais, Antonio Augusto Junho Anastasia.

O Projeto de Lei nº 1.759/2011 altera a área da Estação Ecológica de Arêdes, criada pelo Decreto nº 45.397, de 14/6/2010, e dá outras providências e tem o seguinte conteúdo: “Art. 1º - Fica excluída da área a que se refere o art. 3º do Decreto nº 45.397, de 14/6/2010, que cria a Estação Ecológica de Arêdes, no Município de Itabirito, a área descrita no anexo desta lei”. Depois mostraremos aos Srs. Deputados toda a área descrita com os limites geográficos, definindo em cada paralelo o posicionamento geográfico exato dessa área.



Gostaria de dizer aos nobres Deputados e Deputadas presentes que, por mais que o governo insista que se trata de uma ação de preservação da reserva ou da Estação Ecológica de Arêdes, na realidade está ferindo de morte milhares de animais que ali estão vivendo numa reserva sem a intervenção do homem, para que realmente possa manter como patrimônio que não pertence apenas a nós, da nossa geração e do nosso tempo.

Realmente, é preciso nos preocuparmos com essa situação, pois, se quisermos uma humanidade portadora de um futuro respeitoso, reverente, um futuro em que as próximas gerações desfrutem do desenvolvimento e do estado de bem-estar, devemos nos importar, de maneira decisiva e imediata, com a preservação do nosso meio ambiente.

“O art. 2º do Projeto de Lei nº 1.759/2011 estabelece que a área excluída no art. 1º fica desafetada para a execução de obras de infraestrutura de interligação entre os Complexos Minerários Pico e Fábrica, localizados, respectivamente, nos Municípios de Itabirito e Ouro Preto”.

Há possibilidade concreta de esta Assembleia votar favoravelmente ao projeto do Governador, porque nesta Casa o governo está representado majoritariamente. Devemos tratar, Deputada Liza Prado, a questão com extremo zelo, para que essa obra, ao ser realizada, tenha todos os instrumentos mais modernos, do ponto de vista da tecnologia, do planejamento e da estrutura. Devemos, mais uma vez, pensar nessa estrutura como uma linha férrea, em vez de uma estrada, uma rodovia que cause o mínimo prejuízo à vida dos animais que vivem nessa reserva ecológica. Hoje, por meio de tecnologias, é possível criar condições para assegurar, com o menor risco - e ele não será pequeno -, a preservação dessa área, Doutor Wilson, como importante área de reserva de estação ecológica, a fim de continuar a ser um espelho, um exemplo, desse nosso patrimônio natural extraordinário que é o ambiente natural. Estamos descobrindo que, em função da ciência, das novas ações e das tecnologias, ainda há muitas coisas que o homem destruiu em nome da civilização, do progresso - e o Deputado Paraca, que acompanha isso, sabe muito dessa situação - e que hoje as pessoas reconhecem que jamais deveriam ter sido destruídas, em função do seu potencial para a saúde, como medicamento, como importante patrimônio de reserva genética e como instrumento que servirá nos processos evolutivos da comunidade para criarmos novos instrumentos de desenvolvimento, novas possibilidades de vida e de garantia do pleno desenvolvimento da vida. Tudo que fizermos deverá ser feito de tal maneira que a vida seja preservada na sua maior inteireza possível.

Além do mais, tratarei da questão da mineração. Reconheço a importância dessas empresas para o nosso Estado para gerar riquezas e emprego, mas ainda podem gerar muito mais desenvolvimento social. Essa preocupação com o desenvolvimento social também deve estar efetivamente desenvolvida ao longo da implementação do projeto. É preciso garantir que a riqueza extraída do solo, resultante da extração mineral, fique e seja compartilhada com aqueles que mais precisam neste Estado. Hoje mesmo votamos, numa comissão especial em que estavam presentes o Deputado Dalmo Ribeiro e a Deputada Rosângela Reis, uma proposta de emenda constitucional para tratar de um dos mais graves problemas da nossa sociedade: a erradicação da pobreza e da miséria e a promoção do desenvolvimento social com mais igualdade.

Aqui está uma fonte importante, significativa, expressiva, por meio da qual poderemos extrair recursos para o combate a essa situação grave do Estado.

Se este país quer, e este Estado quer, nós queremos combater a pobreza, precisamos pensar a mineração neste Estado dentro dessa lógica e dessa preocupação do nosso Governador. Precisamos sustentar e tirar o minério, essa riqueza de Minas Gerais, talvez a mais importante riqueza, que não dá uma segunda safra, em favor do combate à miséria e da promoção da igualdade e do combate à desigualdade social.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte)* - Muito obrigado. Honra-me, sobremaneira, ouvir V. Exa. nesta quase zero hora. Começamos bem o dia de hoje, eu presidindo a PEC, V. Exa. como relator da matéria introduzida pelo Deputado André Quintão, com a participação de vários Deputados que subscreveram essa emenda, como a Deputada Rosângela Reis, nossa Vice-Presidente.

Pudemos ouvir o parecer de V. Exa. buscando, acima de tudo, a dignidade da pessoa humana. Naquele momento, quando o cumprimentei, o fiz com altivez, porque V. Exa. sem dúvida alguma representa a inteligência, a dignidade, o trabalho nesta Casa parlamentar. V. Exa., caríssimo Deputado Adelmo Carneiro Leão, foi de uma felicidade ímpar, ao trazer, no bojo da Constituição, o que com certeza será uma realidade. Iremos viver um novo momento, buscando acima de tudo o combate à pobreza, não obstante as regiões, as desigualdades regionais.

V. Exa., com seu parecer, apelou para um sentimento muito maior, que extrapola o sentimento de qualquer cidadão mineiro. V. Exa. buscou a dignidade de cada um, inserida na Constituição mineira. Nessa reflexão que faz, discutindo esse projeto, traz para nós esse pensamento. Tenha certeza de que, em poucos dias, seu parecer tão bem fundamentado, dada a sua inteligência e seu conhecimento, será aqui discutido, apreciado e aprovado e, com muito prazer, promulgado pela Mesa da Assembleia.

Quero louvar V. Exa., como fiz nas primeiras horas do dia de hoje com nossa emenda. V. Exa. soube perfeitamente interpretar e dar procedência à emenda parlamentar do Deputado André Quintão. V. Exa. também trouxe esse grande momento à nossa Constituição. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Sempre tenho dito aqui, e V. Exa. sabe disso, já que somos colegas em uma boa caminhada, que os resultados, que os frutos que colhemos ou produzimos nesta Assembleia, embora possam ser germinados na inteligência e na cabeça de cada um dos Deputados, sempre são resultantes do trabalho de todos. Tudo que foi feito, tudo que produzimos de bom aqui quero compartilhar com os colegas que compõem a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até 1h59 min. Com a palavra, para discutir, o Deputado Pompílio Canavez.



O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, educadoras e educadores bravos e resistentes, que nos fazem companhia até esta hora. O nosso Presidente acabou de prorrogar esta reunião até 1h59min, ou seja, até 2 horas da manhã. Estaremos em excelente companhia, na companhia dos bravos educadores e educadoras do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, quero também participar da discussão sobre esse projeto. Também sou ambientalista e tenho uma trajetória de luta, de militância e de resistência na área ambiental. Sou Presidente do Comitê da Bacia do Rio Grande, e boa parte da minha vida foi dedicada à criação de reserva ambiental e de reserva ecológica. Quando conseguimos criar uma reserva ecológica, quando o povo, por meio de seus representantes, consegue criar uma reserva ecológica, é motivo de grandes comemorações. Ela deve ser protegida, preservada e bem cuidada. Então, a possibilidade de uma rodovia atravessar uma reserva ecológica é motivo de grandes preocupações. O Estado de Minas Gerais, que já foi repleto de matas, como a mata atlântica e o cerrado, que já teve uma fauna composta de muitos animais, hoje é um Estado devastado, já não tem mais as mesmas matas nem a mesma quantidade de animais. Além disso, os rios estão poluídos e as nascentes estão ameaçadas. Então, quando a Vale do Rio Doce - e isso é muito simbólico - solicita, por intermédio desse projeto de lei, e espera conseguir a criação de uma estrada que atravesse uma reserva ecológica, isso é quase um sacrilégio para um Estado que já devastou tudo o que podia devastar.

Acompanhei recentemente a discussão, na Câmara Federal, do novo Código Florestal, que provocou muitos debates entre governo, ambientalistas, ruralistas e agricultores familiares, que viram, naquele momento da discussão, uma grande ameaça à Amazônia, ao Pantanal e à nossa natureza. Quero aproveitar a oportunidade, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores educadores, para contar que acabei participando, de uma forma muito forte, da discussão do novo Código Florestal, cujo relator foi o Deputado Aldo Rebelo, do PCdoB. De acordo com o art. 5º, aumentava-se de 30m para 100m a margem de lagos de hidrelétricas, ou seja, para a produção de energia elétrica ou mesmo para abastecimento. Isso traria um prejuízo enorme, especialmente para os agricultores familiares. Só no nosso Estado há 150 Municípios que são lindeiros de lagos de hidrelétricas, o que ocasionaria um prejuízo gigantesco. Apenas no Lago de Furnas, um dos mais importantes do nosso País, perderíamos 25.000ha produtivos, pertencentes a agricultores familiares.

Entrei em contato com o Deputado Federal Aldo Rebelo, que prontamente me convidou para ir a Brasília no dia da votação do Código, e lá, juntamente com o Deputado Odair, conseguimos apresentar uma proposta de emenda.

Essa proposta foi aceita pelo relator, Deputado Aldo Rebelo. Depois, pelo Líder do Governo, o Deputado Cândido Vaccarezza; depois, pela Ministra do Meio Ambiente. Essa proposta foi incluída e aprovada no relatório final do Deputado Aldo Rebelo. Agora está tramitando no Senado. É uma questão importante, porque tem relação direta com 150 Municípios do nosso Estado que têm áreas inundadas por hidrelétricas.

Ao pensar e falar em hidrelétricas, devemos lembrar da Usina do Funil, pertencente à Cemig, localizada no Município de Ribeirão Vermelho, onde a barragem construída não permite que os peixes subam as cabeceiras do Rio Grande, do Rio das Mortes e de outros rios, para se reproduzirem. Isso está fazendo com que o dourado, um peixe genuinamente mineiro, corra risco gravíssimo de extinção. A Cemig foi chamada muitas vezes para resolver o problema, por exemplo, construindo uma passagem para que os peixes possam subir o rio, desovar e dar continuação ao ciclo da vida. A Cemig se recusa a fazer isso. Essa é uma grande preocupação ambiental.

Talvez essa mensagem do Governador, criando a possibilidade de uma passagem num santuário ecológico, numa reserva florestal, nos permita olhar com mais carinho para os rios do nosso Estado. Minas tem rios importantes, fundamentais não apenas para a geração de energia elétrica, mas também para a vida. Centenas e centenas de espécies de peixes estão ameaçadas pelas hidrelétricas, pelo uso intensivo e indiscriminado dos agrotóxicos, pelo esgoto "in natura" jogado nos rios, pelas mineradoras, como a Vale - que está ganhando essa passagem no santuário ecológico -, que despejam chumbo e mercúrio nos rios ou quando ocorre a arrebentação de uma barragem de rejeitos, como ocorreu na Bacia do Rio Paraíba do Sul, causando enormes prejuízos para os Municípios da Zona da Mata, além da mortandade de peixes, prejuízos ambientais nas nascentes, nos rios, nos lençóis freáticos, enfim, prejuízos terríveis, enormes. Temos constatado isso com grande preocupação.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Obrigado, Deputado Pompílio Canavez. É uma honra apartear V. Exa., que é um grande defensor do meio ambiente. Fui relator do Projeto nº 1.759/2011, que altera a área da Estação Ecológica de Arêdes. Como V. Exa. teve oportunidade de acompanhar o relatório, a Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão. V. Exa. vai perceber que, conforme esse parecer, aos 9,33ha que estão sendo cedidos para a construção dessa estrada, como foi discutido por vários parlamentares, será agregada uma área aproximadamente 3,5 vezes maior que essa área que está sendo cedida.

Foi muito bem lembrado pelos Deputados Adelmo Carneiro Leão, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia que houve uma grande discussão desse tema nesta Casa. Realizamos audiências públicas nesta Casa, com a participação do Ministério Público, da Semad. Foi feita uma grande discussão na Assembleia. Também foram realizadas audiências públicas em Mariana, Ouro Preto, fizemos uma visita técnica à BR-040. Aproveito para parabenizar o hoje Deputado Padre João pelo esforço de tirar de circulação mais de 1.500 caminhões daquela estrada. V. Exa. sabe muito bem que as pessoas reclamavam desse trajeto, porque os para-brisas de carros eram quebrados constantemente, sem contar o risco de acidentes, até fatais. Pediam-se providências da parte do Ministério Público, da Semad e das empresas que mineram naquela região.

No final do ano passado, a questão estava em discussão na Secretaria e foi criada essa área da Estação Ecológica de Arêdes, mas o debate, como estamos fazendo hoje, foi interrompido. Sabemos que a mineração causa alguma perda ambiental, mas trará ganho na questão da segurança. Vai trazer mais segurança, Deputado Pompílio, e V. Exa. tem consciência disso. O parecer que apresentamos foi aprovado. Concedemos até vista do relatório ao Deputado Carlin Moura, que fez o pedido para uma análise mais aprofundada. Ele verificou que é muito importante a aprovação do Projeto nº 1.759, que vai tirar de circulação esses veículos da BR-040, pois haverá uma estrada paralela. Aí não teremos mais o risco de acidentes frontais, a poeira do minério poderá diminuir.

V. Exa. sabe que o trânsito naquela parte da 040 é muito intenso. Preocupado com a defesa de vidas, que estavam sendo ceifadas naquele trajeto, foi apresentada a proposta e, como eu disse, o assunto já havia sido discutido em julho, agosto e setembro de 2010. A área foi aprovada, mas sem considerar a estrada. V. Exa. verá que, de quase 1.200ha, somente 9,33ha serão cedidos para a construção

dessa estrada. E já existe uma estradinha não pavimentada, que agora terá mais segurança. Os caminhões poderão circular nessa área com mais segurança.

Deputado Pompílio, preocupado com o problema dos rios, V. Exa. apresentou requerimento na Comissão de Meio Ambiente para apurar a questão da areia no Rio Muzambo. Aprovamos o requerimento, com a intenção de verificar a exploração de areia no rio. Parabenizo V. Exa. pela preocupação com o meio ambiente, com o rio assoreado, com a exploração. Há que se ver se aquelas pessoas realmente têm licença para tirar areia do Rio Muzambo. Aprovamos o requerimento, que será encaminhado à Semad e à Feam, para se apurar a sugestão de V. Exa.

É importante a aprovação desse projeto, Deputado Rogério Correia, e V. Exa. tem um trabalho naquela região que vai para a Zona da Mata, do outro lado de Itabirito e Ouro Preto, naquela área que dá para Congonhas. Esses veículos serão tirados de circulação, e a poeira de minério, o risco de acidente iminente na 040 poderão diminuir. O projeto foi defendido nesta Casa com unhas e dentes pelo Deputado Federal Padre João.

Quero render homenagem ao Deputado Padre João, que foi um ferrenho defensor de uma estrada, que deveria ser retirada da BR-040. Essa sugestão foi acatada. Houve audiências públicas nesta Casa, na Comissão de Minas e Energia e na Comissão de Meio Ambiente. Agora, chega esse projeto em boa hora, para que possamos aprová-lo. Estamos apreciando-o. O Deputado Rogério Correia, com sua preocupação, verifica que são 9,33ha. Estão sendo agregados 36, 37ha a essa área. Portanto, há um ganho três, quatro vezes maior.

Quanto à instalação dessa estrada, vejo, Deputado Pompílio Canavez, que ela não prejudica em nada a Estação Ecológica de Arêdes. Ela foi criada em junho de 2010, por meio do Decreto nº 45.397. O assunto está bem discutido. Esperamos, antes do recesso, votar esse projeto, porque as pessoas do nosso Estado e as que trafegam naquela região têm muito a ganhar com isso. Muito obrigado. Parabéns pela defesa do meio ambiente.

O Deputado Pompílio Canavez - Agradeço ao Deputado Célio Moreira, Presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, que faz um excelente trabalho. Concedo aparte ao meu companheiro, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Acompanhava o raciocínio de V. Exa. e concordava com ele. Esse projeto precisa ser de fato melhor estudado. Foi citado o nome do Padre João. Não vamos tomar seu nome em vão. Não vamos citar o nome do santo Padre em vão. O que ele sempre defendeu para aquele local foi uma estrada paralela à BR-040, em que passasse não somente o minério da Vale, mas também o minério de toda aquela região. Ele defendia que o minério não trafegasse na BR-040. Não era para ela sair de sua mina e atravessar a reserva ecológica. Vamos devagar com o andor porque o santo é de barro. O Padre João propôs foi essa estrada paralela, que é o que defendo também. Acho que a Vale está oportunamente fazendo parte desse assunto, atravessando a reserva ecológica. A Vale, com isso, ganha alguns quilômetros e provavelmente alguns centavos. Diria alguns centavos, porque a economia é muito pequena para uma empresa desse tamanho. Aliás, ela foi privatizada a preço de banana, lembrem-se de passagem. O Presidente Fernando Henrique praticamente entregou a Vale para o capital privado, uma empresa poderosa foi entregue a preço de banana. Hoje, ela tem uma margem de lucro enorme e não temos uma estatal dessa importância. É como se tivesse vendido também a Petrobras, como quis fazer com Furnas, mas felizmente Itamar Franco não permitiu. O Lula não permitiu que isso fosse feito com a Petrobras. Mas a Vale do Rio Doce foi entregue a preço de banana. A Vale do Rio Doce não precisa dessa economia pequena, pode fazer uma estrada paralela. Com as outras empresas, poderão fazer uma estrada paralela, que resolverá o problema de trânsito de maneira global. O problema do trânsito não é só da Vale do Rio Doce. Queria, em primeiro lugar, esclarecer isso. Em segundo, parabenizar V. Exa. pela atuação que está tendo, tentando ajudar a sensibilizar o Governador do Estado para as questões dos professores, que estão aqui agora. Quero parabenizá-los.

Os professores estão aqui para demonstrar que a luta permanece em torno do piso salarial. Estamos aqui também para sensibilizar o Governador Anastasia, para que receba os professores, para não deixar que entrem no recesso, em julho, em greve e voltem em agosto, em greve. Esperamos que o Governador se sensibilize com isso, pois é uma pessoa de bem. Acreditamos muito nele. Na sexta-feira, o Governador irá a Pains e Montes Claros, quando poderá refrescar a cabeça com os ares do Norte de Minas e pensar bem nos professores; no sábado, estará em Mariana, a primeira Capital do Estado, com 315 anos, e vai passar por Ouro Preto, que comemora seus 300 anos. Que os ares da região dos inconfidentes mineiros façam bem ao Governador. Que os professores que estão aqui até agora possam sensibilizar o Governador. A luta é árdua, e eles merecem muito mais que um salário de R\$369,00, o pior do Brasil. Deputado Pompílio, Minas Gerais pode pagar mais aos professores. Que esse piso reverta em favor dos professores.

Deputado Pompílio, parabéns pela resistência de V. Exa. junto aos nossos mestres e às nossas mestras do interior do Estado e da Capital.

O Deputado Pompílio Canavez - Estamos na ótima companhia dos educadores do nosso Estado. Estou muito contente. Sei que vocês estão lutando muito, em nome de todos os educadores de Minas. Espero que o Governador atenda aos nossos apelos.

O Deputado Tiago Ulisses (em aparte)* - Obrigado, Deputado Pompílio Canavez. Quero agradecer a V. Exa. a gentileza de me conceder aparte. Quero cumprimentar os membros desta Casa, por estarem aqui trabalhando, por intermédio do Presidente Dinis Pinheiro.

Deputado Pompílio, quero cumprimentá-lo pela preocupação com o meio ambiente. Acredito que o Governador, ao encaminhar essa mensagem a esta Casa, também o faz da mesma maneira, preocupado com a questão ecológica. Quero dizer ainda que o Governador também está preocupado com a questão da segurança das pessoas no trecho da rodovia Belo Horizonte-Conselheiro Lafaiete, o maior "pool" de mineração no entorno da Capital. São várias carretas, vários acidentes. Aliás, no último feriado, uma carreta enorme tombou, e o trecho ficou parado por mais de 10 horas. Esse projeto vai adequar com mais segurança o trânsito nessa região, conforme o lançamento feito pela Presidente Dilma, há pouco tempo, com pompa e circunstância, do projeto de melhoria da BR-040. Esse projeto faz, inclusive, menção ao tema que foi lançado. Num brilhante trabalho, o Deputado Federal Jaime Martins, que foi Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados e é votado na região de Conselheiro Lafaiete, conseguiu esse avanço.



Vocês participaram do lançamento. Esse projeto apenas adequa um trecho dessa rodovia. Agora, com a mudança no governo federal, não sabemos até onde vai a melhoria.

Deputado Pompílio Canavez, quero cumprimentar a V. Exa. pela preocupação com o meio ambiente. O brilhante Deputado Tenente Lúcio convocou uma audiência pública em Capitólio. Como disse o Deputado Célio Moreira, a cidade está muito preocupada com o meio ambiente e a hidrovía no Lago de Furnas, que, em termos de turismo, é a região mais importante do Estado. O lago é considerado o mar de Minas, com investimento de várias pessoas, de todo o Brasil. Pasmem, Sr. Presidente, ao invés de uma hidrovía de turismo, querem fazer uma hidrovía de transporte de minério, o que pode afetar o meio ambiente. Não adianta trabalharmos para limpar o lago, se ali vai haver transporte de minério. Há outras maneiras de o governo fazer isso. A hidrovía tem de ser concebida para o turismo, Deputado Pompílio. O Deputado Célio Moreira esteve lá comigo, bem como o Deputado Tenente Lúcio. Conto com a ajuda de V. Exa. na defesa do meio ambiente do Lago de Furnas. Muito obrigado.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Deputado, mais uma vez quero agradecer pela oportunidade. Foi dito aqui pelo parlamentar que hoje o nome do Deputado Federal Padre João foi tomado em vão. De forma alguma. Quero deixar aqui mais uma vez o meu testemunho de que acompanhei a luta do Deputado Padre João nas comissões defendendo uma providência com relação a essa situação do tráfego dos caminhões de minério na BR-040. Quero parabenizá-lo pela luta. Apoiamos essa luta e hoje vemos realmente um projeto que concretiza e torna real a proposta de tirar dali os caminhões. Então, de forma alguma o nome dele foi citado em vão. Está sendo mencionado pelo excelente trabalho que ele prestou nesta Casa. Ele sempre esteve preocupado com essa questão do meio ambiente e da agricultura familiar, da qual ele é um grande defensor. Hoje temos a oportunidade de premiá-lo com o Projeto de Lei nº 1.759, que cria essa estrada paralela à 040, que vai tirar esse tráfego pesado da BR-040, fazendo com que os caminhões possam circular com mais segurança, tirando a poluição da 040 e garantindo a ida e vinda das pessoas com mais segurança naquele trecho. Gostaria apenas de deixar isso registrado.

O Deputado Pompílio Canavez - Acho que o Deputado Rogério Correia aproveitou para fazer um trocadilho, mas sabe que o senhor se referiu com respeito ao Deputado Padre João, que é um grande defensor do meio ambiente, um grande lutador pela democracia e pela região das cidades históricas, da BR-040. Sem dúvida compreendemos isso. Aproveitamos para lembrar que o Deputado Padre João foi Deputado Estadual e hoje, como Deputado Federal, também dignifica a política, o nosso Estado e faz realmente um excelente trabalho.

Para clarear a preocupação do Deputado Tiago Ulisses, uma hidrovía viabiliza o turismo também. Desafogar nossas rodovias sobrecarregadas com carretas, trens, caminhões cada vez mais pesados ajuda o meio ambiente. Para transportar a mesma carga, na hidrovía gasta-se 20% do combustível que se gastaria nas rodovias.

Além do Brasil ter acabado com as ferrovias, transformou nossos rios navegáveis em não navegáveis. O Rio Grande é um belo exemplo disso. Um rio importante para o Brasil, para a região Sudeste foi transformado de um rio perfeitamente navegável em um rio não navegável. A construção das barragens impediu a navegação dos nossos rios. Os Estados Unidos, que têm menos rios que o Brasil, têm 63% do transporte da sua produção agrícola transportada pelos rios. Quando o Tenente Lúcio foi discutir a pesca esportiva, objeto da audiência pública de Capitólio, falaram um pouco do turismo. O turismo precisa de investimento, de estrutura, de recursos. Sem isso não há turismo. Estamos vendo as cidades de Minas Gerais pleiteando a indicação para subsede da Copa do Mundo. Algumas delas não estão conseguindo por não terem estrutura de hotel, aeroporto em condições, instalações adequadas para receber seleções do mundo inteiro. O turismo vai se viabilizar quando houver investimento sério e seguro. Agora mesmo teremos a Copa do Mundo e, se não tivermos um investimento sério, ela passará e não vamos aproveitar os benefícios que ela poderá trazer para o turismo, o que já é uma outra discussão.

Em relação ao projeto de lei, estamos encaminhando contrariamente, pois há muitos outros lugares para se construir outra rodovia. Vamos deixar nossos pouquíssimos santuários ecológicos em paz. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Elismar Prado.

O Deputado Elismar Prado* - Bom dia a todos e a todas. Já estamos aos 25 minutos da quinta-feira. Foi um dia realmente cansativo. Primeiramente, antes de falar diretamente sobre o Projeto de Lei nº 1.759/2011, gostaria de parabenizar a luta dos trabalhadores da educação, que continuam até agora presentes.

Estamos em regime de obstrução. Como estabelece nosso Regimento, tanto a obstrução quanto os pedidos de regime de urgência do governo são legítimos, estão previstos. Estamos aqui fazendo o jogo democrático, tanto a Oposição quanto a Situação. Como já disse aqui, prefiro toda a agitação e barulho da democracia das galerias ao silêncio da ditadura. Por isso, nosso Bloco se chama Minas sem Censura. Fazemos reflexão sobre o que ocorre no Estado. Se os trabalhadores não tiveram acesso ao governo, que não os recebeu para discutir, para abrir um processo de negociação, eles devem recorrer a esta Casa, a casa do povo, de seus representantes, para poderem se expressar, manifestar e reivindicar um direito já preconizado em lei, com o aval do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu o direito ao piso como vencimento básico.

Para nós, é um absurdo perceber isso aqui, pois já é um sacrifício muito grande a vida do professor e do trabalhador da educação. Sua atividade já o sacrifica muito devido à falta de condições de trabalho, à desvalorização, à falta de incentivo na carreira e a um salário de fome - já reiteramos aqui que são R\$369,00, menos de um salário mínimo. Isso é absurdo, e o governo precisa entender que o piso é o vencimento básico, não pode incorporar as gratificações e os benefícios. Esperamos que ele possa se manifestar e resolver essa questão, que é grave. Do contrário, viveremos - repito - um apagão na educação. Ninguém quererá mais ser professor, educador, o que prejudicará o desenvolvimento do nosso Estado. Essa é uma questão muito séria, muito grave.

Serei obrigado a ser redundante porque estamos em um processo de obstrução. Tenho aqui meia hora e falarei novamente acerca do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.759/2011, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. De autoria do Governador de Estado, o projeto de lei em epígrafe altera a área da Estação Ecológica de Arêdes, criada pelo Decreto nº 45.397/2010, e dá outras providências. Publicada no "Diário do Legislativo", em 20/5/2011, foi a proposição preliminarmente examinada pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.



Sabemos que esse projeto tem uma relação muito direta com o nosso modelo, ou melhor, com a questão do transporte no Brasil. Infelizmente o nosso modelo de transporte... Depois, por volta de 1964, naquele período chamado “desenvolvimentista”, privilegiou-se, infelizmente, o transporte rodoviário feito por caminhões. Entendemos que esse é um equívoco muito grande, porque hoje as nossas rodovias são cenários de carnificina e de mortes. Entendemos que o Brasil ficou para trás muitas décadas. Precisamos repensar o nosso modelo de transporte, e o Brasil precisa retomar o investimento nas rodovias para o escoamento da sua produção. Além disso, que possamos gerar mais economia, aliviar o tráfego nas nossas rodovias e proteger o meio ambiente. O Brasil está há várias décadas atrasado nesse processo de modelo de transporte em razão das dimensões continentais do nosso país. Aliás, Deputado Fred Costa, Presidente da Frente Pró-Metrô de Belo Horizonte, ligando Contagem a Betim, isso é fundamental também nesse processo, porque estamos falando sobre modelo de transporte. E tem tudo a ver, porque o projeto trata aqui da questão do terreno e dessa ligação que vai ter nessa área de proteção ambiental, mas entendemos que o modelo deveria ser ferroviário. A Vale, que é uma empresa poderosíssima, tem todas as condições de fazer esse investimento.

Infelizmente trata-se de um setor que foi privatizado e vendido a preço de banana, privilegiando-se a lógica do lucro e do capital acima de tudo, e que não recolhe praticamente nada aos cofres do Estado. Enquanto setores essenciais como o fornecimento de energia elétrica, telefonia e água... Aliás, a água da Copasa é uma das mais caras do Brasil; e a energia da Cemig, uma das mais caras do mundo. O nosso ICMS da energia elétrica chega a 42% para os consumidores residenciais. Isso é um verdadeiro absurdo. Os combustíveis vão na mesma direção. O governo aumentou o ICMS que incide sobre a gasolina. Então, em Minas, se tornou inviável o abastecimento tanto com o álcool, que é caríssimo, quanto da gasolina. Essa é uma questão absurda.

Falou-se aqui sobre Mariana, que é uma cidade histórica. Lembramos de Ouro Preto, Tiradentes, todas as cidades históricas e do Movimento pela Inconfidência. Tiradentes foi esquartejado por contestar um quinto da Coroa de Portugal. Hoje pagamos mais de 40% de impostos sobre os serviços essenciais. Imaginem só que Tiradentes foi esquartejado por um quinto da Coroa! Então vejam a perversidade e a voracidade do Estado que cobra a maior carga tributária do Brasil e sobre serviços públicos essenciais.

Entendo que a urgência neste momento é discutirmos aqui a pauta de reivindicação dos trabalhadores da educação. Estamos nos aproximando do período de férias, do recesso. Concedo aparte ao nosso querido Deputado Antônio Genaro.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Tendo em vista que há professores nas galerias, pediram-me que fizesse um aparte. Fazendo um teste para saber se são professores mesmo, utilizo-me de um português arcaico e clássico. Por isso terei de utilizar um vocabulário que somente professores entendem. Por exemplo, esta reunião está tão assobregética e camaliosa que melatina nas congíativas para conspugar a crisofilácia dos acarínídeos incompetitosos e com que satisfação, professores, manifesto a permanêntica da protuberância das efervescências peculinárias. Aumentar o salário é um verbo inconjugatíloso que abolecarei.

O Deputado Elismar Prado* - Deputado Antônio Genaro, V. Exa. realmente nos impressionou com a sua eloquência.

O Deputado Antônio Genaro (em aparte)* - Querida dizer àqueles que estão nas galerias que eles têm 20 anos e estão envergonhados da minha palavra, não entenderam nada, pois são analfabetos.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Deputado Elismar Prado, primeiramente, quero agradecer o aparte e também cumprimentar V. Exa. e sua irmã, Deputada Liza Prado, que vem dignificando o legado deixado nesta Casa por seu irmão, Deputado Weliton Prado, sempre na defesa do bem-estar social e do funcionalismo público. Aproveito a oportunidade para cumprimentar os professores pela galhardia em estarem presentes até as 00h37min. Se aqui estão, certamente é por uma causa justa. Gostaria, fundamentalmente, de citar algo que não foi levantado até o presente momento. A cidade do Rio de Janeiro...

O Deputado Elismar Prado* - Por favor, vamos permitir a fala do Deputado Fred Costa para encerrarmos. Continue, Deputado.

O Deputado Fred Costa (em aparte)* - Deputado Elismar Prado, estamos aqui discutindo uma possível via que tirará o trânsito da BR-040. Lembro que o investimento será feito pela iniciativa privada e que a BR-040, infelizmente, já vitimou uma infinidade de pessoas, impondo o sacrifício da vida para várias famílias. Isso ocorre por omissão do governo federal, que, até o presente momento, não dispensou o tratamento respeitoso que nós, mineiros e todo o povo brasileiro que utiliza a BR-040, esperamos. Numa relação extremamente paradoxal, nós nos deparamos com investimentos da ordem de R\$49.000.000,00 para promoção da estrada-parque na RJ-163 e RJ-151. Em contrapartida, poucos aqui presentes têm conhecimento que iremos, sim, também realizar, numa área próxima à que está sendo discutida no projeto de lei, a primeira estrada-parque de Minas Gerais. Porém, por meio de um acordo firmado, graças ao esforço do competente Dr. Luciano Badini, Promotor de Justiça, e com a participação do meu mandato e de outros Deputados presentes, a primeira estrada-parque de Minas Gerais será construída sem um recurso público sequer, um único centavo. O mesmo governo federal que destina recursos para o Rio de Janeiro, além de não destinar recurso para o Estado de Minas Gerais por meio do DNIT, até o presente momento, não conseguiu sequer entregar licença, autorização, a única coisa necessária para a obra. Além disso, quero lembrar que o governo federal e, certamente, todos que aqui estão tentando me fazer calar também querem e têm necessidade do metrô. O que o governo federal fez? Anunciou R\$30.000.000.000,00 para o trem-bala Rio-São Paulo. Pergunto se esse trem-bala atenderá o trabalhador no seu dia a dia.

Ele vai atender esporadicamente quem for fazer uso daquilo que é disponível na ponte aérea, muito utilizada. Para o trabalhador, só há uma solução: investimento no metrô. Tudo o que se propõe como alternativa é paliativo. Este ano estamos completando infelizmente 30 anos de aniversário do início das obras do metrô. Até o presente momento, temos apenas 28,2km. Se esses R\$30.000.000.000,00 que se propõe investir no trem-bala Rio-São Paulo fossem investidos no metrô, seria suficiente para solucionar, para minimizar o problema da mobilidade urbana em oito Capitais do País, promovendo assim uma forma de deslocamento mais segura, ecologicamente sustentável e, além disso, minimizaria o impacto na cidade de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

Hoje temos 2.400.000 habitantes. Certamente a pessoa que está gritando não se utiliza de ônibus, deve estar deslocando por helicóptero. Por isso não está me ouvindo atentamente. Peço respeito, por favor. Quero dizer, Deputados e demais presentes, que são 2.400.000 habitantes na cidade de Belo Horizonte, além de 1.300.000 veículos atualmente emplacados. Setecentos veículos são emplacados por dia. Temos um problema crônico. Não importa se a pessoa possui uma Ferrari ou se utiliza do transporte público coletivo, o ônibus. Todos têm sua qualidade de vida prejudicada quando o poder público não oferece uma forma de deslocamento



eficaz. Quero não só clamar pelo investimento para a BR-040, mas também agradecer os esforços de V. Exa., que vem caminhando conosco na frente parlamentar em defesa de recursos para o metrô. Refiro-me a uma frente suprapartidária, que une os três Municípios - Belo Horizonte, Contagem e Betim - por meio de suas Câmaras Municipais e Prefeituras, assim como os Deputados e os Senadores, com o objetivo único de garantir recursos para o metrô. A participação de V. Exa., de seu irmão e de todos os parlamentares de Minas, os 53 Deputados Federais e os 3 Senadores, será de fundamental importância para que, no final de agosto e início de setembro, possamos garantir os investimentos que se fazem necessários. Parabéns pelo seu trabalho. Espero que, juntos, consigamos finalmente fazer o sonho de trazer o metrô para Belo Horizonte se tornar realidade.

O Deputado Elismar Prado* - Obrigado, Deputado Fred Costa. Como membro da Frente Parlamentar em Defesa do Metrô, defenderei, sim, essa luta como uma política, sobretudo de Estado, e não simplesmente como uma política de governo, porque precisamos ter segurança quando se trata de marco regulatório. Por isso, citamos a questão do marco regulatório da mineração, que ainda é ausente no País. Por isso, defendemos a lei do piso, para que não sejamos reféns de políticas de governos, para que possamos oferecer segurança jurídica aos trabalhadores, e, neste caso aqui, aos trabalhadores da educação. Por isso, temos uma lei federal e, independentemente da posição política dos sucessivos governos, teremos uma segurança, teremos um piso, a fim de garantirmos o mínimo de dignidade aos trabalhadores da educação. Como o projeto aqui trata de obras de ligação viária entre os complexos minerários, Pico e Fábrica, localizados, respectivamente, nos Municípios de Itabirito e Ouro Preto, ou seja, trata-se de uma intervenção nessa localidade e, portanto, entendemos ser preciso um estudo mais aprofundado, sim. Entendemos que isso nos remete à discussão do modelo de transporte das ferrovias. A Vale do Rio Doce tem todas as condições de implementar esse modelo em Minas Gerais e de defender o meio ambiente.

A Deputada Liza Prado (em aparte)* - Deputado Elismar Prado, primeiramente queria dizer que tenho muito orgulho de poder ser sua colega de Parlamento, pois V. Exa. é um defensor ardoroso de todas as professoras e professores que aqui estão e participa constantemente de todas as manifestações, apoia, elabora propostas e ajuda. É importante sua participação nesta noite para colaborar com a obstrução que está sendo feita e que está provando a resistência das professoras e dos professores, fazendo com que esta Casa, democraticamente, estenda o seu horário até mais tarde. Acho isso muito importante até porque a professora e o professor continuam com bom humor, com paciência. Tem de ter paciência! Quero aqui cumprimentá-los pela luta e determinação. Podem ter certeza de que esta Casa sempre irá recebê-los, porque essa é uma luta justa. Quero aqui, Deputado Elismar Prado, dizer que votarei favoravelmente a essa questão da estação ecológica, porque V. Exa. tem razão. É necessário haver intervenções para ajudar os moradores dessas regiões. São 25km dessa estrada, e não haverá custo para o governo. Na verdade, ao passar por dentro do parque para a estação ecológica, haverá uma colaboração, uma economia, porque jamais votaremos matéria que prejudique o meio ambiente. É preciso promover o desenvolvimento com sustentabilidade. É preciso dar condições para aqueles moradores, que estão passando por um momento difícil. Ao retirar mais de 2 mil carros da BR-040, isso facilitará a vida das pessoas de toda aquela região. É preciso viabilizar esse projeto que dá direito à empresa de realizar a passagem por dentro do parque, a fim de facilitar caminhos, facilitar a vida do povo humilde, porque ninguém aguenta as estradas deste País. É terrível a situação do novo povo, perto da BR-040. Portanto, percebemos a dificuldade do nosso povo nas estradas.

Eu dizia que no Triângulo estamos enfrentando muita dificuldade, Deputado Elismar Prado. V. Exa. sabe que fizemos uma representação na Justiça em relação à BR-153, o pedacinho da rodovia que vai para o Prata. Trata-se de uma das regiões mais violentas do Brasil e que enfrenta problemas gravíssimos. As pessoas morrem constantemente, e não há intervenções como deveria haver. Eu e o Deputado Zé Maia, juntamente com vários Deputados desta Casa, exigimos soluções para aquele trecho. Percebemos que o governo federal suspendeu algumas obras do DNIT, em Minas. Precisamos empreender um esforço enorme para que essas obras possam ser retomadas, porque o nosso povo não aguenta mais essa situação.

Portanto, Deputado Elismar Prado, quero cumprimentá-lo, porque o senhor foi professor de todos os seus irmãos, sempre nos ensinou, porque tem uma facilidade didática. Tenho certeza de que sente na pele a luta de professoras e professores, sei que luta em prol da educação, porque você fala com o coração. É uma pessoa que se dedica a essa causa. Tenho certeza de que, para cumprir o seu papel nesta tribuna, nesta noite, falará sobre o meio ambiente, sobre o que for necessário. Ocupei esta tribuna não somente para dizer que votarei favoravelmente ao projeto, mas também para dizer que você está cumprindo o seu papel. Tenho orgulho em poder compartilhar este Parlamento com o senhor. Raramente chamo alguém de Excelência. Portanto, Excelência, você merece essa deferência de minha parte, porque tem defendido, de coração, professoras e professores. Essa é a sua história, sua trajetória. Tenho, no fundo do meu coração, orgulho por vê-lo fazendo esse pronunciamento e cumprindo o seu papel.

O Deputado Elismar Prado* - Agradeço as palavras da Deputada Liza Prado. Não poderia deixar de dizer que a Deputada Liza Prado, teve, em toda a sua trajetória política, uma atuação irrefutável em defesa dos trabalhadores, dos movimentos sociais. Sempre foi muito aguerrida. Sou testemunha de toda a sua luta e firmeza em prol da população.

O Deputado Célio Moreira (em aparte) - Deputado Elismar Prado, é um honra apartear-lo. A presença de V. Exa. engrandece muito os trabalhos da Assembleia Legislativa. V. Exa., como Presidente da Comissão de Cultura desta Casa, está preocupado com as questões afetas a essa área. Gostaria de fazer uma reflexão. A proposição em análise visa suprimir 9,33ha de uma área de 1.157ha e de 8.550a, ou seja, serão anexados 38,7ha a essa área de 9,33ha. É uma área mínima que trará mais segurança para todos os que trafegam ali. V. Exa. teve a oportunidade de analisar com muita cautela, com lupa, o projeto que visa salvar vidas. É um projeto em defesa da vida, que vai tirar, como foi debatido, de 1.157ha, somente 9,33ha. Essa estrada é de grande importância, Deputado Elismar Prado. Tenho certeza de que V. Exa. votará favoravelmente a esse projeto. Tenho certeza também de que o Deputado Rogério Correia, que aqui fez as suas observações, votará favoravelmente, porque é um defensor da vida. Então, dessa área de 1.157ha, estão sendo retirados 9,33ha, e serão anexados 38,7ha nessa unidade da Estação Ecológica de Arêdes, que foi criada pelo Decreto nº 45.397. Obrigado, Deputado Elismar Prado. Vamos continuar essa discussão, provavelmente amanhã ou depois votaremos esse projeto.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado, Deputado Elismar Prado. Gostaria de parabenizar V. Exa. por fazer bem essa discussão. Quero apenas dizer que os caminhões não estarão na BR-040, não por causa da intervenção da Vale, que apenas retira os



caminhões que saem de sua mina e atravessam a BR-040. Mas não retira todos os caminhões que vão trafegar ali e que fazem parte de outras minas, inclusive da própria Vale do Rio Doce. O que resolveria o problema seria a construção de uma estrada paralela; aí, sim, os caminhões não passariam pela BR-040. Isso resolverá muito pouco o problema. Resolve mais o problema da Vale, que certamente economizará alguns quilômetros, mas, como eu disse, é uma empresa que não precisaria se preocupar com tanta pequenez. Parece que, quanto maior, mais rico quer ser. Infelizmente, esse ditado parece ser uma verdade. Parabênizo V. Exa. pelo apoio que tem dado aos nossos professores, que, valentes, estão aqui até agora. Tomara que esse gesto sensibilize o Anastasia, que paga aos professores a pior remuneração do Brasil do ponto de vista do salário-base. Parabéns.

O Deputado Elismar Prado* - Agradeço e concluo, Sr. Presidente, dizendo que encerramos o processo de discussão do Projeto nº 1.759. Amanhã prosseguiremos com a nossa pauta. Parabenzamos novamente os professores, que continuam resistindo na mobilização. Como disse o nosso Líder Rogério Correia, o pior salário do Brasil, infelizmente, é o pago pelo governo do Estado de Minas Gerais. Se quisermos, como sempre repito, uma população realmente crítica, exigente e consciente de seus direitos, precisamos valorizar a educação e, principalmente, o ser humano, os servidores que estão aqui. É realmente questão de humanidade, porque todos os assuntos tratados afetam o problema de vocês. Quando falamos de orçamento, a previsão é de R\$57.000.000.000,00. Por que não pagar? Houve o choque de gestão. Se o governo diz que economizou tanto, por que não pagar o piso? Temos todas as condições para o governo atender, sim, à reivindicação dos nossos professores. Sr. Presidente, eles são os nossos professores. São os professores dos nossos filhos. São os professores dos empresários. Quer dizer, todas as áreas do conhecimento, de todas as atividades, passaram pelas mãos dos professores. Nossa sociedade depende dessa classe, que precisa de dignidade, respeito e um tratamento humano. Espero que o nosso Prof. Anastasia se sensibilize, porque sabe como é sacrificante a vida do professor, e ofereça a eles dignidade, simplesmente cumprindo o que determina a lei do piso salarial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Vem à Mesa:

EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE LEI Nº 1.759/2011

O art. 2º do Substitutivo nº 1 passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - O uso da área a que se refere o art. 1º dependerá de prévia manifestação do órgão responsável pela administração da estação ecológica, sem prejuízo da necessidade de licenciamento ambiental, do cumprimento de suas condicionantes e de outras exigências legais”.

Sala das Reuniões, 13 de julho de 2011.

Rogério Correia

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto emenda do Deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 3, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Meio Ambiente, para parecer.

A Presidência aproveita o ensejo para saudar os visitantes que vieram prestigiar os nossos trabalhos e reafirma: sempre que se pautarem pelo bom comportamento, serenidade e equilíbrio, serão recebidos com um coração extremamente generoso. Aproveito a oportunidade para cumprimentar a todos os Deputados e Deputadas pelo esforço e pelo embate democrático, de elevado nível.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 14, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/7/2011

Às 15h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 636/2011 é retirado da pauta pela Presidência por deixar de cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.512, 1.571, 1.581, 1.682 e 1.708/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Em seguida, faz-se presente o Deputado Antônio Carlos Arantes, que assume a presidência dos trabalhos. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.161/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.293, 1.294 e 1.295/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública para apresentação do Projeto Nutre Minas, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário; Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino em que solicitam seja encaminhado ofício ao Subsecretário da Receita Estadual solicitando a concessão de regime especial para as cooperativas de leite, no âmbito da Associação de Cooperativas de Leite no Sudoeste Mineiro - Minas Leite; Antônio Carlos Arantes em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Federação da Agricultura e Pecuária do



Estado de Minas Gerais – Faem - pela comemoração do sexagésimo aniversário de sua fundação, em 7/7/2011; Romel Anízio em que solicita seja formulado voto de congratulações com os Srs. José Alves Camargos e Jair Alves Camargos, produtores rurais do Município de Ituiutaba, pela homenagem recebida pela Faemg, por terem figurado entre os dez melhores produtores rurais do Estado; com o Sr. Romes Gouveia Bastos, Presidente do Sindicato Rural de Ituiutaba, pela homenagem recebida pela Faemg, na oportunidade da entrega da Medalha do Mérito Rural; e com o Sr. Romildo Fernandes, produtor rural, pelo sucesso na produção de uva e banana no Município de Capinópolis. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as próximas reuniões extraordinárias, a serem realizadas amanhã, dia 14/7, às 16hs; e sexta-feira, dia 15/7, às 10 e às 15hs, para apreciar o Projeto de Lei nº 636/2011, dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Fabiano Tolentino, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino - Romel Anízio - Rômulo Viegas.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 13/7/2011

O Deputado Paulo Lamac* - Sr. Presidente, caros colegas, dou boas-vindas a todos os professores que nos visitam nesta tarde, em que pese ser uma situação desagradável; gostaríamos de receber a visita de vocês em momentos menos tensos. Mas, para todos nós, representantes do povo mineiro, é um momento de importante diálogo receber os professores e todos os servidores desse quadro tão importante para o atendimento das demandas da população.

Sr. Presidente, estamos vivendo um momento crítico e temos que contextualizar os colegas Deputados, os visitantes e toda a população de Minas Gerais que nos acompanha ao vivo pela TV Assembleia. Estamos com a pauta travada, e importantíssimos setores do atendimento à população estão em greve: educação, saúde, Polícia Civil. É um momento delicado, e o pronunciamento do nosso Líder, Deputado Rogério Correia, em sua declaração, demonstra a responsabilidade dos 23 Deputados do Bloco Minas sem Censura para com o Estado de Minas Gerais, independentemente de questões partidárias. Há vários dias estamos imbuídos do propósito de fazer inúmeras reuniões com os representantes do governo e de diversos blocos da Casa para ajudar a encontrar uma solução concreta para esses problemas que afligem a população do Estado.

Diante da gravidade do problema, o que estamos fazendo aqui é estender as mãos solicitando essa reunião com o Governador Anastasia. Somos da Oposição ao governo, mas estamos dispostos a buscar o diálogo incansavelmente.

Por esse motivo a nossa exposição: queremos votar, sim, a pauta de projetos, os projetos importantes para nosso Estado. É lógico que entendemos que os colegas parlamentares também desejam sair de férias. Por outro lado, como fica a nossa consciência ao sairmos de férias deixando os professores com os salários cortados em agosto? Não temos condições morais de abandonar os servidores. Notadamente, a situação da educação, neste momento, é mais crítica. Então, precisamos buscar a solução e por isso estamos fazendo esse movimento de diálogo, que é radical. Estamos propondo ao Governador Antonio Anastasia um diálogo direto com o Bloco para que se encontre uma solução efetiva, que resolva ou que pelo menos direcione a questão dos servidores em greve e, consequentemente, viabilize que as questões da Assembleia também avancem.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Paulo Lamac e parabeno-o pelas suas considerações. Quero saudar todos os servidores e trabalhadores da educação e os trabalhadores do Serjusmig. Quero cumprimentar a todos, especialmente o pessoal que veio do Triângulo Mineiro, os professores de Frutal, o pessoal de Uberlândia. Quero dizer, Deputado Paulo Lamac, que o pessoal só está aqui com essa mobilização porque o governo não quer receber, não quer discutir nem dialogar. Isso significa um total desprezo, descaso com a educação e com o serviço público no Estado de Minas Gerais. Digo descaso, Deputado Paulo Lamac, porque fui Deputado Federal, membro titular da Comissão de Educação, e aprovamos o piso na Comissão e na Câmara federal. Depois enfrentamos uma disputa no STF, que considerou constitucional o piso como vencimento básico. Infelizmente, lamentavelmente, o governo está enrolando, porque agora vêm as férias e o recesso parlamentar, para não cumprir a lei.

O que queremos é simplesmente que o governo cumpra a lei e receba uma representação dos trabalhadores, o Bloco Minas sem Censura, para que dê uma resposta efetiva para o cumprimento da lei. Isso é desprezo com a educação. Ele não está reconhecendo o direito de greve, o que é também um desrespeito com os servidores da segurança pública, da Polícia Civil e também com o Serjusmig, que está com uma proposta de revisão do Projeto de Lei nº 2.125/2011, para cumprir inciso do art. 37 da Constituição Federal. Da mesma forma, as outras categorias, como a saúde. Um professor de nível médio receber um salário de R\$369,00, um salário de fome! Isso é uma vergonha. O professor, que leva trabalho extra para casa.

Terminando, Deputado Paulo Lamac, reiterando o agradecimento e parabenizando-o, quero dizer que, se não resolvermos essa situação, se o governo não der a atenção devida aos servidores públicos do Estado, vamos viver, dando o exemplo da educação, um verdadeiro “apagão” escolar. Aliás, disse isso outro dia. Já faltam professores de várias disciplinas. O que queríamos com a lei do piso, quando a aprovamos em Brasília, era resgatar o mínimo de dignidade para os trabalhadores da educação, senão, daqui a pouco, ninguém mais vai querer seguir a carreira do magistério, ninguém vai querer ser professor, e isso vai prejudicar o desenvolvimento e o crescimento do País. Minas Gerais tem de dar exemplo para o Brasil e cumprir a lei do piso salarial nacional da educação. Parabéns, Deputado.

O Deputado Paulo Lamac* - Agradeço-lhe, Deputado Elismar Prado. Precisamos reforçar que isso é uma prática que existe no Brasil e precisa acabar. Não é possível escolher a lei a ser cumprida, não é verdade? Se há lei, ela deve ser cumprida.



Neste momento reafirmamos o nosso esforço e o nosso apelo pelo diálogo construtivo, pelo diálogo que traga resultado. Reafirmamos nosso pedido ao Governador Antonio Anastasia de que ele receba o Bloco Minas sem Censura para um diálogo franco e tranquilo, a fim de resolver os problemas do Estado. É importante lembrar que o Governador do Estado também é professor.

A UFMG - lembro-me bem, porque fui estudante lá - teve lutas importantes de greve, às vezes de quatro meses, e sem corte de salário, em pleno governo Fernando Henrique. É importante nos recordarmos disso. Tenho certeza de que o Governador, como professor que passou por esses processos, se recordará de seus momentos de universidade. Não tenho dúvida de que ele terá essa sensibilidade, porque o que está em jogo aqui é muito mais do que um simples movimento grevista, uma disputa da Oposição e da Situação. Estamos falando do futuro do nosso Estado, que está diretamente ligado à educação que proporcionamos aos mais jovens. O que esperamos de Minas Gerais está diretamente relacionado à importância que damos ao processo de preparação das nossas crianças e da nossa juventude. Como dizer que se dá importância à educação se não se dá importância ao profissional responsável pela educação? É muito complicado. Há um problema de coerência ao se afirmar a importância de um processo sem demonstrar a importância do profissional responsável por ele.

É realmente nessa linha que estamos nos propondo a um diálogo e a incansavelmente debater e discutir até o horário e o dia que for preciso. Gostaria de dizer - e isso é fruto das discussões de nosso bloco - que estamos dispostos a ficar na semana que vem, a ficar o mês de julho inteiro se for necessário, para seguir a pauta e as votações da Casa até termos uma posição concreta e construtiva para a solução do problema.

O diálogo é importante, mas precisa ter foco em resultado. Como as pessoas gostam muito de falar de foco em resultado, de política de resultado, de gestão para resultado, também queremos o diálogo para resultado. É o que propomos para a base do governo, é o que estamos fazendo.

Quero fazer aqui, publicamente, um reconhecimento ao esforço do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro. Ontem e anteontem ficamos aqui até após as 22 horas, com o esforço da Presidência em abrir o canal de diálogo com o governo do Estado. O papel da Mesa é crucial, precisamos ter a Assembleia institucionalmente envolvida nessa discussão. E o Presidente não está se furtando a participar disso. Então, Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, gostaria de pedir-lhe que mantenha a postura dos últimos dias na busca constante e incansável do diálogo. A participação do Presidente tem sido importante e pode ser mais ainda na solução desse impasse. Não tenho dúvida de que a Mesa da Assembleia terá papel determinante na solução dessa problemática, que acredito ser viável rapidamente.

Não existem grandes problemas e dificuldades. As conversas que temos feito demonstram que é possível, sem longo período de discussão, chegarmos a alguns consensos e avanços. É necessário um pouco mais, e por isso buscamos, com a participação da Mesa e do governo, chegar a um ponto de consenso para viabilizar uma educação de melhor qualidade. A questão do piso é lei. É preciso que se cumpra a lei.

Acredito que não precisamos aqui nos perder em discussões, porque esta é uma Casa que elabora legislação. Se aqui se elabora legislação, não podemos discutir lei aprovada, sancionada ou ratificada pelo Judiciário. Não podemos discutir aqui se uma lei deve ser cumprida ou não. Lei é lei. Ela é feita para ser cumprida. É uma questão de respeito ao Legislativo, à população que elege seus representantes, seus parlamentares, que a lei seja cumprida. Queremos discutir agora a forma para que isso aconteça. Como o faremos? Não existe discussão, a lei tem de ser cumprida. Insisto, repetitivamente, que estamos dando um passo e estendendo as mãos na direção do governo, em que pese sermos do bloco de Oposição, de partidos diferentes, com práticas diferentes e, até mesmo, com práticas de governo diferentes. Queremos construir em conjunto, considerando-se a responsabilidade que esse bloco tem com a população de Minas Gerais. Insistimos, e quero deixar isso muito claro para a população de Minas Gerais, que nos acompanha pela TV Assembleia, que queremos uma solução, já que a greve que está ocorrendo na educação, na saúde, e em todos os outros setores traz prejuízo direto ao povo de Minas Gerais. Além da pauta travada aqui, na Assembleia, também estamos colocando isso nas mãos do Governador Anastasia. Estamos prontos para o diálogo, com vistas a uma solução para esses problemas, e espero que isso ocorra o mais breve possível. Por esse motivo, o requerimento fala de urgência. Estamos prontos. Se nos convocarem agora, sairemos daqui. Aliás, não digo que será exatamente agora porque infelizmente a Linha Verde é um problema, no que se refere ao trânsito. Ontem à tarde, eu e a Bia saímos daqui, para acompanharmos a manifestação, e demoramos 50 minutos daqui até lá. Não digo que chegaremos em 10 minutos, porque o trânsito da Linha Verde, graças a obras do Estado, não resolveu totalmente o problema. No entanto, chegaremos no tempo que o trânsito permitir. Se nos convocarem agora, daqui a 1 hora, à meia-noite, às 6 horas da manhã, com todo o respeito, estaremos prontos para chegar à Cidade Administrativa com tranquilidade. Contudo, queremos solução para esse problema.

Presidente, agradeço a sua atuação, e peço-lhe que persista e que continue nessa busca pelo diálogo. Tenho certeza de que quem ganhará será a população de Minas Gerais. A nossa causa é justa, e iremos lutar por ela, até a vitória, que ocorrerá breve, tenho convicção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, professores e educadores do Estado de Minas Gerais aqui presentes, público da TV Assembleia, imprensa e servidores, em uma tarde como esta não poderíamos tratar de outro assunto que não fosse a educação. Inicialmente, gostaria de parabenizar os educadores e grevistas pelo movimento, pela tenacidade, garra e determinação, porque, com seus movimentos, vocês estão pautando as ações desta Casa e do governo do Estado.

Falo pelo PT e pelo bloco de oposição, que é o Bloco Minas sem Censura, mas acredito que cabe ao conjunto de Deputados desta Casa assumir a postura do nosso Bloco. Nossa postura, antes de ser de oposição, antes de adotar uma ideologia A ou B, é clara e objetiva em defesa de Minas Gerais. Não estamos aqui defendendo posições corporativas. Não é essa a questão. Se fosse pura e simplesmente uma luta corporativa, por si só já teria valor, porque é legítimo que determinada categoria se organize e defenda melhores condições de trabalho, melhores salários e condições dignas para exercer suas atividades. Se fosse só isso, ela já seria legítima. No entanto, não se trata unicamente dessa questão.

Sabemos que é justo defender uma remuneração digna para os professores de Minas Gerais, principalmente diante desse cenário em que dúvidas poderia haver - para nós nunca houve - quanto à legalidade ou não, à obrigatoriedade ou não de pagar o piso nacional de salários. Essa dúvida não existe mais porque o Supremo já disse que é lei; logo, há de se pagar. Diante desse cenário, está muito claro para nós que o interesse e o que está em jogo é a qualidade da educação em Minas Gerais, é a qualidade do serviço que o Estado tem obrigação de prestar à população. O Estado deve oferecer um serviço de qualidade.

Portanto, senhores e senhoras educadoras, público que nos assiste neste momento pela TV Assembleia, estamos aqui fazendo coro com nosso Líder, Deputado Rogério Correia, com todos os Deputados da Bancada do PT, com os Deputados do bloco da Oposição, insistindo em que esta pauta que efetivamente está colocada para o conjunto da população de Minas Gerais seja a pauta definitiva desta Casa. Além disso, que antes de resolvê-la não haja interrupção do trabalho; nem liberação de nenhum Deputado de nenhuma bancada, enquanto não houver uma solução definitiva para os professores, para os educadores em Minas Gerais.

Esperamos que o governo do Estado tenha altivez e grandeza suficientes para dar uma lição não só de democracia, mas também de educação para o Brasil, demonstrando que as leis devem ser cumpridas e que quem está investido em cargo público tem de se orientar prioritária e exclusivamente pelo cumprimento da lei. Quando se trata de educação pública, está-se tratando dos destinos de toda a população do Estado de Minas Gerais. Vamos, o governo do Estado e o conjunto de Deputados desta Casa, dar uma lição de democracia e de cidadania a todo o Brasil, cumprir o piso nacional de salários e mudar esta página da história de Minas Gerais.

Nós que somos do interior e andamos muito pelas nossas bases, que conhecemos a realidade das escolas em Minas Gerais, sabemos que essas mudanças e que essas transformações são necessárias. Ninguém duvida disso. Ninguém tem coragem de assumir posição pública divergente, diferente da nossa. Como classe política, o que precisamos é traduzir nosso discurso em ação, abrir novamente a negociação no patamar devido, pagar o piso nacional e fazer com que esta Casa desenvolva seus trabalhos na normalidade, não deixando de cuidar de muitos outros assuntos também importantes para o Estado de Minas Gerais.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Deputado Almir Paraca, Sras. e Srs. Deputados, educadores do nosso Estado, saúdo todos que estão em luta. Os parlamentares desta Casa têm preocupação muito grande com a solução desse impasse. O Deputado Almir Paraca falou muito bem sobre a importância da educação e das nossas crianças. Tenho ouvido, enquanto os Deputados se pronunciam, alguns educadores afirmarem que está faltando água nas escolas, que estão em situação precária.

Há muitas questões a serem resolvidas, que passam pela negociação com o Estado. Eu sou sindicalista, já dirigi greves da categoria bancária, já participei de diversas outras greves, como o Deputado Luiz Carlos, que também é sindicalista. Estávamos dizendo que o elementar, que o importante é negociar com a categoria, reunir-se com a diretoria do sindicato para negociar o pagamento do piso, que é lei, conforme o Supremo já decidiu.

Não há que ficar esperando publicação de acórdão de uma coisa e de outra. É necessário que se pague piso, que se estabeleça um processo de negociação com as outras categorias que estão em greve também. Nós, nesta Casa, Sr. Presidente, estamos passando um momento difícil. Há um impasse e nada anda porque nós, do Bloco Minas sem Censura, já decidimos que, enquanto o governo do Estado não negociar com os trabalhadores e não ouvir os educadores, não votaremos nada nesta Casa. Esse é um compromisso que temos com os educadores. É isso que esperamos. Esta Casa sempre foi pelo diálogo, pela negociação, pelo acordo, pela conversa com os trabalhadores, e, até agora, nada. Então estou aqui, Deputado Almir Paraca, para fazer coro com V. Exa. e pedir ao Governador, Prof. Antonio Anastasia, que negocie com os educadores e cumpra o piso, porque o piso é lei. Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Este é o espaço da democracia, então quero cumprimentá-los por estarem aqui. O papel da Assembleia é fazer intermediação. Concordo com o nobre companheiro Deputado Almir Paraca e com os que o antecederam dizendo que o piso salarial é um direito. Precisamos dessa valorização. A educação pública tem de ser prioridade.

Encerrando, quero dizer que a grande maioria na educação são mulheres - sou professora também -, com os companheiros homens ao lado. Então, temos um papel importante demais neste Estado e neste país. Parabéns por estarem organizados. Espero que, de fato, o Deputado Dinis Pinheiro, que tem aberto esta Casa ao diálogo, e o nosso Bloco Minas sem Censura, que tem dado grande contribuição, junto com a base do governo avancemos para haver realmente uma solução desse impasse, que não é bom para o Estado, muito menos para as nossas famílias e para a educação em Minas Gerais. Esperamos que hoje seja um marco nesta Casa, para avançarmos nesse diálogo, que será muito importante para a educação, para o nosso Estado e, sobretudo, para os jovens e as crianças que têm direito a uma educação de qualidade.

O Deputado Ulysses Gomes (em aparte)* - Sr. Presidente, nobre Deputado Almir Paraca, cumprimento-o pelas palavras de apoio à categoria e todos os trabalhadores e educadores que hoje, mais uma vez, lotam esta Casa. Daqui a pouco participaremos da assembleia que mobiliza educadores e trabalhadores da área da educação em todo o Estado.

Nobre Deputado, estamos comemorando hoje, no Brasil, 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Diferentemente desses 21 anos que podemos comemorar no Brasil de uma lei que garante o direito e implementa deveres não só em relação à criança e ao adolescente, mas também ao Estado e à sociedade, não podemos comemorar com a mesma ênfase a educação em Minas Gerais. Ao falar em criança e adolescente no Brasil, temos de pensar pelo menos em três pilares de garantia de direitos: saúde de qualidade, segurança às famílias e educação de qualidade, com direito digno aos trabalhadores da área da educação. Infelizmente, não é o que estamos vendo em Minas Gerais. A saúde está em greve, a Polícia Civil está em greve, os educadores estão em greve no Estado.

Então, quero aqui fazer coro, nobre Deputado, com todos os trabalhadores que compõem esta Casa, com todos os trabalhadores da educação que, daqui a pouco, mobilizados, estarão participando da assembleia, da reivindicação que não é só deles. Queremos fazer também uma provocação àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, às famílias, às comunidades, para que compreendam essa luta dos trabalhadores da educação e nos ajudem a mobilizar todo o Estado, a fim de que o governo do Estado de Minas Gerais tenha a sensibilidade de um trabalhador, de um professor, como é o Governador, de compreender a luta por um direito pelo qual os trabalhadores estão lutando, qual seja, o piso salarial nacional. Que seja implementado em Minas Gerais. Que possamos comemorar, nos próximos anos, o direito à saúde, à segurança, mas, sobretudo, a qualidade dos serviços dos trabalhadores da educação ofertados



as nossas crianças, aos adolescentes no nosso Estado de Minas Gerais. Que a lei seja cumprida em Minas e que o piso seja um direito conquistado pelos trabalhadores da educação.

Parabéns a todos que aqui se mobilizam nessa grande luta. Parabéns, Deputado, por essa manifestação de apoio. Tenha no nosso mandato o apoio a essa classe de trabalhadores que prestam um enorme serviço à sociedade brasileira e em Minas Gerais merecem ser reconhecidos. Parabéns.

O Deputado Almir Paraca* - Obrigado, Deputado Ulysses Gomes. Temos em Minas Gerais um grande escritor. Na verdade, quando nos aproximamos da obra dele, descobrimos um grande pensador, um grande filósofo, por que não dizer um grande educador, que é o Guimarães Rosa. Ele tem uma frase que diz o seguinte :” Sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias”. Em Minas Gerais, para enfrentar e conquistar os direitos para os trabalhadores da educação, é preciso ser forte, com as astúcias. Fazer exatamente o que vocês estão fazendo: organizando-se, sensibilizando a comunidade, mostrando a verdade, que essa causa e essa luta não é exclusiva dos educadores, dos servidores da educação no Estado de Minas Gerais, mas de toda a população.

Neste mundo cada vez mais concorrencial, competitivo, sabemos que o patrimônio maior é a educação e o conhecimento. É exatamente isso que vocês estão tentando garantir para o conjunto das crianças e dos jovens de Minas Gerais. Parabéns. Vão à luta. Estamos juntos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero aqui fazer um cumprimento muito especial. Gostaria que quem estiver nos acompanhando pela TV Assembleia tenha a dimensão dessa saudação. Estou cumprimentando aqui no Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nas nossas galerias, a professora e o professor dos nossos filhos em Minas Gerais. Quero dizer para cada pai e para cada mãe que, quando os nossos professores comparecem na Casa do povo, eles também estão nos dando uma aula de cidadania e de defesa de direitos.

É importante compreender, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, que no ano passado, os professores de Minas - sob a liderança do nosso sindicato, o Sind-UTE -, durante 48 dias, discutiram e mostraram que a educação em Minas Gerais pede socorro. Os professores mostraram que não é possível construir uma escola de qualidade, uma escola que tanto insiste em se dizer escola para resultados, se não houver valorização do profissional de educação. É importante dizer que, no ano passado, a luta dos professores esclareceu que Minas não cumpria o piso nacional dos professores. Naquele momento, aqueles que são contrários ao pagamento do piso diziam aos nossos professores que não era bem isso. Foi preciso o STF, a Suprema Corte do nosso país dizer, com todas as letras, que quem tinha razão eram os nossos professores e professoras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois dessa luta histórica dos professores, o argumento é outro. Agora, a desculpa é outra. Tentam dizer que não pagam o piso porque ainda é preciso que seja publicado acórdão do STF. Ora, qualquer pessoa que tem o mínimo de bom-senso, que tem o mínimo de alfabetização ou que é capaz de juntar as letras pode ler a súmula da decisão do Supremo, ou seja, o resultado dos votos dos Ministros que lá se pronunciaram e que, aliás, acompanharam ao vivo pela TV do STF o julgamento histórico daquela Corte, em que ficou muito claro que piso nacional não é remuneração global, mas vencimento básico.

Mais uma vez, nossos professores e professoras estão com a razão. Estão aqui e não na sala de aula porque pedem o apoio do Poder Legislativo de Minas Gerais em uma coisa que é o fundamento da República democrática, ou seja, o cumprimento das decisões judiciais, especialmente da Suprema Corte, do STF, em que não cabe recurso. O que os professores estão fazendo é a defesa de um direito básico, do piso nacional dos professores. É por isso que eles estão aqui.

Sr. Presidente, nós, parlamentares eleitos pelo povo, fomos acolhidos pelos nossos professores em muitas cidades do interior de Minas com grande carinho, grande atenção e grande respeito. Tivemos o apoio deles para estarmos neste Plenário. Agora, estamos diante de uma contradição profunda. Hoje é quarta-feira, dia 13 de julho, coincidentemente dia em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa sua maioridade, 21 anos. Como podemos falar em direito da criança e do adolescente sem falar do professor e da professora? Sem falar do direito à educação?

Deputados e Deputadas, professores e professoras, hoje é quarta-feira e, em tese, sairíamos em recesso amanhã. Pergunto a cada Deputado e Deputada desta Casa: é possível a Assembleia Legislativa entrar em recesso com os nossos professores na rua? Com os nossos professores defendendo seus direitos?

Por isso é que temos a plena compreensão... Nós, da Oposição, do Bloco Minas sem Censura, desde segunda-feira estamos num esforço concentrado no Plenário desta Casa no intuito de convenceremos o governo de que, na hora da greve, o caminho mais acertado e seguro é o da negociação. Não se pode fechar as negociações nem recusar a negociação num momento tão importante como este. Estamos, pois, pedindo ao governo do Estado que restabeleça a negociação. E, para restabelecê-la, é preciso, professores e professoras, que o governo sinalize. Como restabelecermos a negociação se o governo insiste em dizer que cortará o ponto dos professores? Isso não é possível e não colabora nem ajuda com a negociação.

Da mesma forma, consideramos um equívoco e um desacerto o governo pegar uma das bandeiras mais importantes do movimento, que é a necessidade do concurso público, que, aliás, todos nós defendemos. Sem discutir com ninguém, o governo publica um edital já com base também no subsídio. Isso é um desperdício com a luta que os professores e as professoras estão fazendo. Se estamos lutando para pôr Minas Gerais de acordo com a lei federal e em sintonia com a decisão do STF, não seria acertado que se publicasse um edital com base no subsídio. E aí, professores, professoras e público que nos assiste, não negaremos que nesta Casa, na pauta da Assembleia há projetos muito importantes que precisam ser votados. No entanto, compreendemos que mais importante e emergencial do que qualquer coisa neste Estado, por mais importante que sejam outras questões, o mais fundamental são a educação e os nossos professores. Só podemos sair em recesso se obtivermos a garantia de que a renegociação será estabelecida. Em vez de ficar procurando desculpa sobre a publicação do acórdão, o governo deveria sentar-se com o comando de greve e o sindicato, fazer as contas e dizer como Minas se adequará para pagar o piso nacional dos professores. Além disso, como Minas preverá na sua LDO, que também precisa ser votada nesta Casa. Se os senhores tiverem oportunidade de ler o texto da LDO, verão que o governo não teve



sequer preocupação, nem em caráter emergencial, de ir lá para fazer a previsão do pagamento do piso nacional dos professores em Minas Gerais.

É isso que temos de discutir, assim como colocar na LDO o piso e conseguir o recurso, ou melhor, de onde será retirado esse recurso para pagar o piso nacional dos professores; como nós, de Minas, cobraremos a responsabilidade do governo federal naquilo que for necessário para o cumprimento do piso salarial dos professores. Agora, não será na base da truculência e de fechar as negociações nem do terrorismo e da ameaça de corte de pontos que encontraremos uma solução para os professores de Minas Gerais.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Agradeço, Deputado Carlin Moura, e o parabenizo pelas palavras. Repito tudo o que já disse. Parabenizo todo o movimento. Encontram-se aqui professores de Ituiutaba, Capinópolis, Canápolis, Frutal, Uberlândia, Patos, Araxá. Encontra-se aqui a companheira Leuceni, de Capinópolis. Há faixas nas galerias com dizeres denunciando: “Sob o comando do Ten-Cel. Alex, a PM agride professores e estudantes”; “Educadores repudiam ação truculenta da PM”.

Olhem, somos amigos das forças de segurança, mas entendo que todo movimento deva ser, realmente, respeitado. Belo Horizonte e Contagem, é claro, mas estou falando aqui a pedido de lideranças e de professores da nossa região.

Deputado Carlin Moura, quero repetir que os trabalhadores estão aqui simplesmente por um motivo: eles não são recebidos pelo governo do Estado, não conseguem ser ouvidos, geralmente não têm espaço na mídia. Então, eles precisam manifestar-se de alguma forma. E esse lugar é justamente aqui. Vocês estão no lugar certo, porque aqui é a Casa do povo. Todo poder emana do povo.

Esta Casa tem grande responsabilidade para intermediar essa discussão, para que o governo receba o Bloco Minas sem Censura, para que ele se manifeste em relação à lei, para que ele entenda que o subsídio é um golpe contra a carreira dos servidores da educação, porque o STF entendeu e deixou bem claro que a lei é vencimento básico. Não pode entrar na conta do piso nacional nenhum benefício, nenhuma gratificação. Todas elas são além do vencimento inicial, que é uma vergonha. Realmente, Deputado Carlin Moura, é uma vergonha falar aqui: R\$369,00, um salário de fome. Todos nós passamos pelos professores, pelas professoras, todas as áreas do conhecimento humano passam pelos professores. Se queremos um País com um povo crítico, consciente, exigente dos seus direitos, precisamos valorizar, acima de tudo, a educação.

Antes de terminar, digo que, nesse aspecto, precisamos valorizar o ser humano, investir no ser humano. Trata-se de uma questão de humanidade. Vejam, um salário de R\$369,00, o governo não cumpre a lei do piso nacional, o professor é obrigado a levar trabalho extra para casa, não tem tempo de passar momentos com sua família, ele precisa ser psicólogo, precisa ajudar a combater a violência escolar, porque o governo não investe em segurança pública. Então, Deputado Carlin Moura, realmente é uma vergonha. Repetindo, é preciso que o governo cumpra a lei do piso salarial nacional da educação.

Parabenizo V. Exa., Deputado Carlin Moura, pelas palavras. Voltaremos aqui quantas vezes for preciso até que o governo passe a respeitar esse movimento e a lei do piso nacional da educação. Parabéns a todos. Vamos continuar resistindo. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Antes de concluir, Sr. Presidente, nesses segundos que me restam, faço um apelo ao governo do Estado na parte que nos compete como Oposição. Se nos fosse permitido dar um conselho ao governo neste momento, seria que, em vez de tropa de choque para a educação, nós, da Oposição, dispomo-nos a fazer aqui a tropa da negociação, para pagar o piso nacional aos professores de Minas Gerais.

Vocês estão de parabéns. Boa sorte. Contem sempre conosco, porque a educação em Minas, para nós, é prioridade.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cumprimento, de forma especial, todos os nossos professores e professoras, que há mais de 30 dias estão numa luta árdua para garantir um direito já conquistado nacionalmente. Nós esperamos - se depender da nossa força, da nossa vontade e do apoio do nosso Bloco nesta Casa - vencer a batalha pela implantação do piso nacional em Minas Gerais.

Nestes dias, temos feito o possível. O nosso Bloco tem sido solidário com todas as reivindicações não só da categoria dos professores, mas também com outras que estão em greve no Estado, algumas já em fase de negociação avançada. Vamos fazer o possível para conseguir convencer as autoridades do Estado de que o piso salarial em Minas Gerais é uma reivindicação mais do que justa.

Deputado Carlin Moura, V. Exa., junto com nosso Líder, Rogério Correia, tem acompanhado o dia a dia dessas negociações e sabe que precisamos, de fato, sensibilizar as autoridades. Tenho a certeza de que a bancada governista nesta Casa, liderada pelo Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, conseguirá convencer o governador a abrir uma negociação. Uma informação importante: há pouco, o Bloco Minas sem Censura, por unanimidade, assinou um requerimento para que haja mais uma tentativa. O nosso Bloco acabou de solicitar uma audiência com o Governador. Se ele nos receber, vamos os 23 Deputados do Bloco fazer mais uma tentativa, para que amanhã possamos ter uma boa notícia para toda a classe.

Deputado André Quintão, V. Exa. vem nos acompanhando nesta luta. É um companheiro ponderado, que sabe conduzir uma negociação. É por isso que confiamos em nossos Líderes, em nossos companheiros e, acima de tudo, na firmeza do Sind-UTE, que vem sendo muito bem coordenado pela companheira Beatriz, que, junto com os professores, tem demonstrado, nos últimos 30 dias, uma forma unificada de lutar. Parabenizo todos os professores e todas as professoras por esta luta. Só quem nunca frequentou uma sala de aula pode falar que o piso de Minas Gerais é justo. Estamos no 27º lugar, no último lugar do “ranking” dos Estados no que diz respeito a piso salarial. Por isso temos de lutar, sim; temos de incentivar essa categoria. A conquista do piso, Deputado Carlin Moura, virou para nós uma questão de honra. Temos de lutar para que, realmente, a educação em Minas Gerais seja passada a limpo. Não podemos anunciar os atuais índices, que colocam o salário dos nossos professores entre os piores do País. Portanto, Deputado André Quintão, temos de, unidos, manifestar o nosso apoio à luta dessa categoria.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Nobre Deputado Paulo Guedes, trabalhadores e trabalhadoras em educação do Estado de Minas Gerais, estou inscrito para falar hoje sobre esse movimento e essa luta. Quis apartear-lo, Deputado, porque, nós, do Bloco Minas sem Censura, estamos fazendo nestes últimos dias, diria, até, neste último mês, um grande esforço para que o governo abra canais



efetivos de negociação em torno de uma causa mais do que justa. Implantar o piso nacional é valorizar, de fato, a qualidade da educação e garantir um presente e um futuro melhor para as crianças e os jovens do Estado de Minas Gerais.

Nosso esforço na Assembleia, mais do que uma solidariedade ao movimento - o que já seria nossa obrigação, pelo brio, pela garra e pela contribuição que os trabalhadores em educação dão ao nosso Estado -, é também um compromisso por uma política pública que possa promover um desenvolvimento mais justo e equânime no Estado de Minas Gerais. Não podemos pensar em “Minas Gerais, o melhor Estado para se viver”, não estando o nosso professorado devidamente valorizado.

Então, Deputado Paulo Guedes, reiteramos o apelo para que o governo abra negociação, em atenção a uma luta que já é nacional: já temos a lei do piso! O Brasil todo já está se mobilizando em torno do piso. Assim, é muito importante que neste momento, na reta final dos nossos trabalhos, quando todos os parlamentares estão empenhados em construir um clima que nos permita votar outras matérias de interesse do Estado, recebamos um sinal mais efetivo de que o piso em Minas Gerais será realidade, e não ficção. Parabéns pelo pronunciamento, Deputado!

O Deputado Paulo Guedes* - Agradeço ao Deputado André Quintão, que sempre conduz os processos de forma muito educada, que tem uma grande experiência nesta Casa e em quem confiamos, para nos ajudar a todos e ao nosso Líder na condução dessa negociação.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Parabenizo o Deputado Paulo Guedes por suas colocações, lembrando que o espaço desta Casa é muito importante para esclarecermos toda a sociedade, em todo o Estado de Minas Gerais - aproveito para cumprimentar os trabalhadores na educação de todo o Estado.

É importante utilizarmos este espaço porque, se sairmos nas ruas do Estado de Minas Gerais, veremos que ninguém sabe que estamos vivendo um estado de greve.

Mas a responsabilidade por essa greve é inteiramente do Governo do Estado de Minas Gerais. Todos queremos o fim da greve: os trabalhadores, os estudantes, os pais, todos. Queremos que no segundo semestre as aulas se reiniciem normalmente, em agosto. Mas a responsabilidade está nas mãos do Governador Anastasia, do Prof. Antonio Augusto Anastasia. Isso porque se trata de uma coisa muito objetiva: o cumprimento de uma lei federal, já reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal. Lembro que, se o governo não cumprir a lei do piso, a defasagem no processo de ensino não será de um ou dois meses, mas de toda uma geração. Como eu disse, esse salário de fome - R\$369,00 de vencimento para os que têm nível médio - é uma vergonha absoluta. A pessoa paga para trabalhar; paga para enfrentar dificuldades em uma escola! E isso está acontecendo com uma função, uma atividade tão nobre como é a do educador. Realmente, o tratamento que o governo de Minas está dando à educação é deplorável e vergonhoso. Isso é um desprezo! Mas esperamos que ele receba o Bloco Minas sem Censura e nos dê uma resposta efetiva. Como já se disse, dos 27 Estados, Minas Gerais tem o pior salário do Brasil na área da educação.

Desse jeito, Deputado Paulo Guedes, o povo de Minas não aguenta. Temos o pior salário, a energia mais cara, a da Cemig, a água mais cara, a da Copasa, a maior carga tributária e os servidores mais desrespeitados e desvalorizados do Brasil. Queremos que os policiais militares e civis, os Bombeiros, os agentes socioeducativos, os Agentes Penitenciários, os servidores do Serjusmig, os servidores da saúde, os servidores da Funed, que se encontram aqui presentes, os servidores da educação, enfim, todos os servidores do Estado sejam, de fato, valorizados. Não teremos um Estado desenvolvido se não investirmos no servidor público, principalmente na educação. A educação é o investimento estratégico para o crescimento de qualquer país, de qualquer nação e de qualquer Estado, portanto é um investimento estratégico para Minas Gerais. O governo do Estado anuncia que fez o choque de gestão, que transformou Minas Gerais em um Estado ágil, moderno e transparente, que economizou dinheiro com o choque de gestão e com o déficit zero.

Para 2011, o orçamento previsto é de R\$57.000.000.000,00. Se eles se vangloriam, gabam-se dizendo que fizeram tudo isso, por que não respeitam a lei do piso salarial da educação e não valorizam os nossos professores? Gostaria de insistir nisso e dizer que o nosso desejo é que o Estado compreenda que os professores estão usando o último recurso. Eles recorreram à Assembleia Legislativa, à Casa do povo, para que possamos falar para todo o Estado de Minas Gerais, pois eles não têm outro espaço para se manifestarem. Na verdade, o espaço é este aqui, e eles são nossos eleitores. Nós, trabalhadores e servidores desta Casa, estamos aqui por causa do voto deles, que nos deram delegação para representá-los. Portanto, o poder é deles, e são eles que mandam. Todos nós, Deputados, Deputadas, Governador do Estado e Secretários somos servidores de vocês. Por essa razão, precisamos tratá-los com muito respeito, sim.

Portanto, fazemos um apelo ao Governador para que resolva esse impasse. Repito: não devemos deixar o ônus da greve recair sobre a parte mais fraca: os trabalhadores, os servidores da educação. O governo do Estado é quem precisa resolver esse problema. Trata-se, simplesmente, de cumprir uma determinação do Supremo Tribunal Federal e a lei que prevê que o piso é o vencimento básico, é o início da carreira. O governo não pode continuar enganando o trabalhador com um subsídio que anula a carreira e acaba com os direitos conquistados. Isso é um grande golpe contra os professores. Espero que o governo do Estado respeite essa classe.

Deputado Paulo Guedes, gostaria de parabenizá-lo e dizer que vamos continuar resistindo até o fim, se for preciso, durante todo o mês de julho, até que o governo se manifeste favoravelmente às reivindicações e aos direitos dos trabalhadores.

O Deputado Paulo Guedes* - Muito obrigado, Deputado Elismar Prado. Sr. Presidente, sabemos que, às vezes, o governo argumenta que faltam recursos, mas sabemos que há recursos sobrando para outras coisas. Por exemplo, chegam reivindicações nesta Casa de aumento para os servidores do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. No entanto, quando chega reivindicação para aumentar o salário dos professores, sempre encontramos resistência do governo, que alega não ter dinheiro, sempre diz que faltam recursos. Na verdade, está faltando vontade política; é por isso que temos de continuar na luta, para que possamos convencer as autoridades do governo a se reunirem com os servidores da educação, com vistas a uma negociação justa, pois dinheiro há, basta que se invertam as prioridades. Em nosso entendimento, investir na educação é investir no futuro de Minas; investir na educação de nossos filhos é investir no crescimento de Minas Gerais. É o melhor investimento que o governo pode fazer: em educação. Implantar o piso nacional em Minas Gerais não é uma luta apenas dos servidores da educação, mas uma tarefa de todos nós,



mineiros. A nossa bancada está de mãos dadas com os servidores da educação, com os servidores da saúde e com todos os movimentos grevistas do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputado Dinis Pinheiro, Deputadas e Deputados, gostaria de saudar mais uma vez os nossos colegas professoras e professores e também os funcionários da saúde em greve, da Funed, da Secretaria de Saúde, assim como os companheiros do Sindipol, da Polícia Civil.

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma análise que vai além de tudo que os Deputados do Bloco Minas sem Censura, do PT, do PMDB, do PRB e do PCdoB já expuseram aqui. Reitero, em primeiro lugar, o nosso ofício solicitando ao Governador Anastasia uma reunião com o Bloco Minas sem Censura. Não queremos dizer que não tentamos com o Governador, até onde vai a nossa força, resolver um problema que, para nós, é o mais urgente em Minas Gerais: as greves decorrentes do sucateamento do setor público em Minas Gerais, em especial, a educação, a saúde e a segurança pública. Queremos discutir com o Governador, levar sugestões e solicitar que resolva esses impasses ocorridos devido à política do governo Anastasia. Vamos entregar ao Sr. Presidente uma solicitação de audiência com o Governador Anastasia.

Rapidamente, gostaria de refletir, no tempo que me falta, sobre o motivo pelo qual o Estado de Minas Gerais se encontra neste caos. Existem dois mitos construídos em Minas que hoje se revelam inverdades. São dois mitos baseados na fantasia do governo do Aécio Neves, continuada agora no governo Anastasia. O primeiro é o mito do déficit zero. O governo ficou oito anos falando em déficit zero, para agora o Senador Aécio Neves, com cara de paisagem, vir a público dizer que não existe déficit zero, que o Estado deve R\$67.000.000.000,00 só para a União e que essa dívida é impagável. Mas como essa dívida é impagável agora, se, durante oito anos - e o Deputado Adelmo vive dizendo isto aqui -, o Governador Aécio Neves fez campanha política falando de déficit zero, que, na verdade, nunca existiu em Minas Gerais? Este é o primeiro problema a ser resolvido: desmascarar o mito do déficit zero. Que o povo mineiro saiba que a história do déficit zero foi apenas propaganda eleitoral do Governador e jamais solução real dos problemas de Minas Gerais.

O segundo é o choque de gestão. O Governador fez campanha em cima do servidor e do serviço público, dizendo que, em Minas Gerais, tinha sido posto em prática o chamado choque de gestão, que era a solução para a gestão do Estado. O choque de gestão é isso... Hoje conhecemos seus efeitos: deixar a saúde, a educação e a segurança públicas em estado de petição de miséria; deixar o Estado de Minas Gerais órfão de políticas sociais; deixar a educação com salário base de R\$369,00 e a saúde em uma situação em que jamais foi investido o mínimo constitucional de 12%; deixar uma dívida de quase R\$4.000.000.000,00 apenas com a saúde pública em Minas Gerais; deixar o Estado sem Delegados e sem segurança pública. Esse é o resultado do choque de gestão, essa é a herança que o Governador Aécio Neves deixou para o Estado de Minas Gerais.

Agora, ele quer ser a principal figura nacional da oposição ao governo da Dilma...

É triste que o Governador Anastasia, em vez de dar prioridade à solução desses problemas sociais gravíssimos, fique refém do projeto Aécio Neves 2014, com o que nós, mineiros, não temos nada que ver, pois é um objetivo do PSDB ou um objetivo pessoal do Senador Aécio Neves. O que queremos exigir do Governador Anastasia é que passe a governar Minas Gerais com as prioridades que ele mesmo tinha anunciado: saúde, educação e segurança pública. Ou a educação é prioridade somente em ano eleitoral? As crianças são o futuro do Brasil apenas em ano eleitoral? Se a educação é prioridade absoluta, deve sê-lo do governo do Estado e da Assembleia Legislativa.

Está feito o nosso compromisso que tanto eu, em nome do Bloco, quanto os demais Deputados expusemos aqui. Não vamos permitir que se libere a pauta do interesse do governo antes de darmos a prioridade do Estado de Minas Gerais à educação, à saúde e à segurança pública.

Estamos solidários com o movimento, desejamos a vocês uma luta vitoriosa e os parabenizamos por sua defesa da causa da saúde e da educação públicas em nosso Estado. Peço, mais uma vez, ao Sr. Presidente e ao Deputado Luiz Humberto Carneiro que solicitem reunião com o Governador Anastasia, pois o Bloco Minas sem Censura quer, democraticamente, discutir o assunto.

Solicito silêncio para ouvir o Deputado Sargento Rodrigues, que nos tem acompanhado no apoio ao movimento.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, talvez V. Exa. possa transmitir a algumas pessoas que estão nas galerias que este Deputado, no mandato passado, votou favoravelmente aos educadores de Minas Gerais. Muitas vezes, as pessoas ficam nas galerias criticando o comportamento dos Deputados. Seria de bom alvitre que as pessoas conhecessem o processo de votação no Plenário, para terem equilíbrio no momento de fazer uma crítica. V. Exa. já me acompanhou por dois mandatos e sabe qual é minha posição em relação a esses assuntos. No exercício do mandato, nunca votei contra servidor público. Na questão do subsídio, votei contra o governo. Está faltando melhor informação a algumas pessoas aqui. Obrigado e parabéns pela sua luta.

O Deputado Rogério Correia - Tenho a certeza de que, mais uma vez, poderemos contar com o voto favorável do Deputado Sargento Rodrigues às reivindicações do servidor público. E solicito a V. Exa. e ao Deputado Luiz Carlos Miranda, que é sindicalista, que nos ajudem junto à Bancada do PDT, fazendo a defesa do servidor público. Esperamos seu apoio na votação. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 18/7/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Paulo Guedes

exonerando Fernanda Vidal Ferreira Reis do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;
exonerando Vanda Barbosa da Silveira Alves do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Débora Mendes Guedes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Fernanda Vidal Ferreira Reis para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas.